
**Revista sobre conhecimento - pensamentos,
vivências e práticas**

**ENTRE A
MEMÓRIA
E O LEVANTE**

ISSN: 3051-8539
Lisboa, Portugal

N.º 1 | Bimestral



A revista AKAdemia - Vozes e Saber afirma-se como um espaço de encontro entre pensamento, criação e comunidade.

É uma revista que acolhe pluralidades, escuta vozes diversas e reconhece o saber como prática viva, partilhada e transformadora.

Comprometemo-nos com uma cultura editorial que valoriza o diálogo entre gerações, geografias e experiências.

Cada edição reúne contributos que ampliam horizontes, convocam perguntas e celebram a potência do conhecimento em movimento.

A AKAdemia é, acima de tudo, um território de pertença intelectual e humana - onde o rigor convive com a sensibilidade, e onde cada voz encontra lugar para ressoar.

Direção conceptual e editorial
Vandra Luís Cambula

Coordenação editorial
Francisco Nipero

Revisão científica
Jessemusse Cacinda

Design e identidade visual
Vandra Luís Cambula
Francisco Nipero

Tradução / Revisão linguística
Guilherme Dias

Conselho editorial
Zozma Ngovo

Lançamento bimestral

Contactos:

Email: akademiavozezesaber@gmail.com
editora@akademiavs.com

Website: www.akademiavs.com

ISSN: 3051-8539

ÍNDICE

1. Editorial	1
1. Homenagens	2
2. Ensaios	10
3. Memórias e Vozes	12
4. Sociedade	33
5. Educação	35
6. Saúde	38
7. Dicas e Pensamentos	41
8. História, Artes e Cultura	43
9. Literatura	47
10. Curiosidades	50

EDITORIAL

Entre a Memória e o Levante



A primeira edição da revista AKAdemia - Vozes e Saber marca o início de um projeto editorial comprometido com a reflexão crítica, a produção de conhecimento e a valorização de experiências que atravessam diferentes contextos sociais, culturais e humanos. Esta revista nasce com a intenção de reunir contributos que interrogam pertenças, memórias, desafios contemporâneos e possibilidades de futuro, articulando rigor, sensibilidade e responsabilidade.

Nesta edição inaugural, abrimos com uma homenagem a um escritor cuja obra continua a inspirar leituras atentas do mundo. Reunimos reflexões sobre pertença, racismo, deslocação e acolhimento, bem como testemunhos que evidenciam o papel das comunidades de apoio na vida de mulheres em trânsito, estudantes ou profissionais que constroem novos percursos longe dos seus lugares de origem. Integramos também conteúdos dedicados à saúde, abordando questões relacionadas com vícios na gravidez, saúde mental e os desafios vividos por mulheres em diferentes contextos sociais.

Incluimos ainda textos sobre feminismo, agência individual e a construção do próprio futuro, assim como elementos de ancestralidade e curiosidades linguísticas que revelam como a história se transcreve na palavra e no imaginário coletivo.

Com esta primeira edição, afirmamos o compromisso da AKAdemia: criar um espaço de diálogo plural, atento e exigente, onde diferentes vozes possam contribuir para pensar o presente e imaginar novos horizontes.

Lisboa, maio de 2026

Vandra Luís Cambula

(A Direção Conceptual)

O livro - de cérebro para cérebros

Especial dia do livro (23.04.2026)

Nota: as datas que acompanham cada texto refletem o momento da sua elaboração.



Equipa Akademia

Celebrar o dia do Livro é celebrar a mais antiga tecnologia de transmissão de mundos: a capacidade singular de um cérebro dialogar com muitos outros. Um livro nasce sempre de um gesto íntimo - o autor a organizar o seu caos, a decantar memórias, a afiar ideias - mas cumpre-se apenas quando encontra leitores que o reativam, reinterpretam e o fazem renascer. O autor, através da sua mão, doa-se ao leitor e sem compromissos e nem condições, deixa-se viajar desprevenido.

Um livro, é por isso uma travessia: parte de um cérebro que chega a inúmeros cérebros, sem esperar ser adotado ou ser rejeitado. Mas com a certeza de que poderá deslocar, mesmo que por um instante, uma ínfima visão.

Assim, o livro cumpre o seu destino maior: prolongar a mão que o escreveu e acender outras mãos, outras vozes, outras consciências.

Neste dia do Livro, celebramos essa continuidade — o gesto que atravessa o tempo, que resiste ao esquecimento e que nos convoca a pensar juntos. E é neste espírito que destacamos dois livros que permanecem vivos, luminosos e necessários: **Nikokwe: A Reforma da Prostituta** e **O Tacto** (antologia), obras que testemunham a sensibilidade, a lucidez e a força literária de **Mukhwarura (Francelino Wilson)**.



Nesta homenagem **in memoriam**, reconhecemos o escritor cuja mão permanece estendida através das suas palavras — uma mão que continua a tocar, a ensinar e a acender cérebros.



Mukhwarura (Francelino Wilson)

in memoriam



Francelino Wilson, filho do Niassa e do mundo, nascido a 24 de outubro de 1985, foi escritor, académico de mérito e docente dedicado aos ramos da Linguística Portuguesa, na Universidade Púngué em Chimoio, Manica.

A sua passagem pela academia e pela literatura deixou um legado feito de sonhos que se tornaram obra — e, ao mesmo tempo, de caminhos que permaneceram abertos, merecendo continuidade. Filho de Moçambique e irmão de todos os que cruzaram o seu percurso, a sua partida deixou um vazio profundo no coração de quem o conheceu. Francelino perdeu a vida em Portugal, no dia 12 de outubro de 2025, onde desenvolvia o seu doutoramento, dedicado ao tema da tese “Empréstimos nomeados do Português em emakhuwa (p31)”.

Nesta edição, prestamos-lhe homenagem trazendo à luz parte do seu trabalho e celebrando a força intelectual e humana que marcou a sua presença entre nós.

Esta secção reúne vozes que caminharam ao lado do Francelino Wilson - na vida, na escrita, na amizade e na construção de futuros possíveis.

São palavras que não pretendem fixar quem ele foi, mas antes iluminar os gestos, as ideias e a ética que deixou em cada pessoa que o encontrou.

Torna-se, cada testemunho, uma forma de presença: fragmentos de memória que, juntos, desenham a constelação humana e intelectual que ele nos legou.



“a adolescência do Francelino confunde-se com a génese desta agremiação.”

Euse Patrício- atual presidente do CEPAN - Clube de Escritores, Poetas e Amigos de Niassa; escritor: autor dos livros VOZES MALOGRADAS (2015) e SEQUELAS (2025).

A adolescência do Francelino confunde-se com a génese desta agremiação. Foi uma das vozes sonantes na projecção da nata fasquia de escritores que Niassa conhecia.

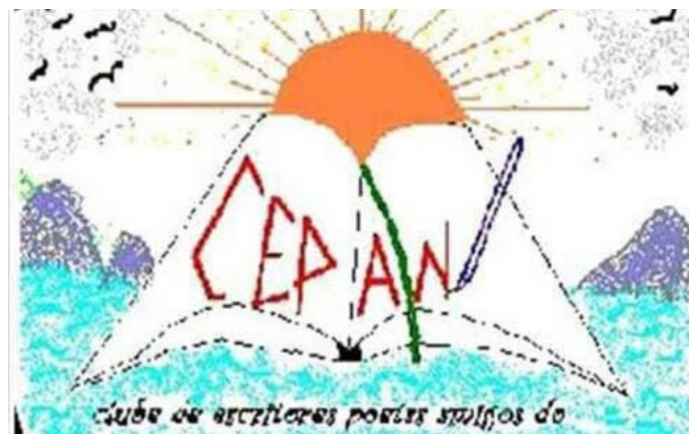
Ele, junto de um grupo menor de jovens decidiram criar o CEPAN como espaço ideal de promoção da literatura, alicerçado pela sua função de bibliotecário e apresentador de programa de rádio.

O Francelino é um dos dez co- fundadores que assinam a ata da Assembleia constituinte do CEPAN.

Uma das suas marcas tangíveis é a conexão entre o CEPAN e a AEMO, passando o CEPAN a ser interlocutor direito da AEMO no Niassa.

Este facto ditou a participação evidente dos membros do CEPAN nas antologias ESPERANÇA E CERTEZA I e II e a homenagem feita ao JUVENAL BUCUANE, então Secretário - Geral da AEMO em 2006. A sua criatividade cativou os leigos para o desenvolvimento, um movimento católico, a financiarem a publicação da primeira antologia de escritores de Niassa, intitulada JOIA NIASSA, METÁFORAS DO VENTRE.

Como forma de imortalizá-lo o CEPAN tem como agenda a organização de concursos literários, recitais e workshops com o seu pseudónimo de forma a divulgar massivamente a sua trajetória nas artes e na academia.





*"em outra vida queria ser outra coisa,
uma lesma talvez..."*

O legado de Mukhwarura

**Por Mbepozine Machehe (escritor e
colega de Mukhwarura na antologia *O
Tacto*)**

Mukhwarura foi um dos poetas que não tive o privilégio de conhecer pessoalmente, mas com quem estabeleci contacto através da literatura. A oportunidade surgiu quando fui selecionado, pelo coordenador editorial Lino Mukurruza, para integrar o grupo de escritores da obra *O Tacto*. Foi nesse contexto que, por meio de um grupo de WhatsApp criado para assuntos da obra, o único meio com que estabeleci contacto, tivemos um encontro puramente virtual, mas ainda assim revelador. Nesse breve convívio digital, tornou-se fácil perceber alguns traços marcantes da sua personalidade: era carismático na arte de escrever, embora demonstrasse um certo descompromisso com a prática constante da escrita.

Ainda assim, quando se dedicava, fazia-o com notável intensidade e qualidade.

Recordo-me de um episódio específico, ocorrido a 6 de agosto de 2025. Na altura, a maioria dos participantes já havia submetido os primeiros cinco textos exigidos pela coordenação da obra *O Tacto*. Mukhwarura, porém, ainda não. Em resposta à cobrança, justificou-se com a correria do quotidiano e prometeu que, até sexta-feira, dois dias depois, entregaria os textos. Num gesto descontraído, concluiu a sua mensagem com a seguinte frase:

"em outra vida queria ser outra coisa, uma lesma talvez..."

Mais tarde, vim a compreender que a lesma era um dos seus animais favoritos. Num dos textos que produziu para *O Tacto*, inclusive, incorporou a lesma como personagem. Como forma de manifestar a minha estranheza por tal preferência, escrevi: pode tudo, menos lesma (riso). Aquilo irrita-me. O que ele respondeu com leveza e ironia:

"a graça de ser lesma está aí, poder irritar os insensíveis, talvez". Rimos.

Para além da sua peculiaridade criativa, ficou-me a impressão de um ensinamento silencioso, porém valioso: o desafio de conciliar a vida pessoal, profissional, académica e literária sem perder o foco, fazendo cada coisa ao seu tempo e com autenticidade e inteligência. Esse aprendizado, ainda que captado num único contacto, constitui parte significativa do legado que Mukhwarura deixou.

Assim, mesmo sem uma convivência prolongada, o breve encontro virtual, mediado pela literatura, foi suficiente para revelar a essência de um espírito criativo singular.

Descanse eternamente em paz, Mukhwarura.



“É um abraço que immortaliza a sua voz.”

O Tacto carrega uma nova simbologia

Por Lino Mukurruza (coordenador editorial da obra)

O Tacto” (OLEBA EDITORES, 2025) é mais do que um livro – é um legado que transcende a vida.

Quatro vozes se uniram para criar uma obra-prima que ecoará na história da poesia contemporânea moçambicana. Porém, a alegria da publicação é toldada pela perda irreparável de um dos nossos, Mukhwarura (Francelino Dalton Wilson), um dos autores desta antologia. A notícia da sua partida redefine o significado deste livro, que deixa de ser apenas uma obra literária para se tornar um tributo à sua poesia, à sua amizade e ao seu legado. É um abraço que immortaliza a sua voz, que continua a ressoar em nós. Oferecemos este livro aos leitores, amigos e familiares, como um presente, um último toque da sua poesia. Que as suas palavras nos inspirem, nos confortem e nos façam recordar a beleza e a fragilidade da vida.

Excertos de Mukhwarura em *O Tacto*

Poema do “primeiro caderno: animais humanos”

c.3

o poema
da alfaia distante
fez-se presente
de costas ao poente
por onde a multidão
clama por pão
e o arado constrói
novos tratores.

De Mukhwarura

Poema do “segundo caderno: animais em pânico”

c.4

a humanidade
é o perigo
não fosse george orwell
um pastor de porcos
esse rebanho
das moedas
com que judas
vendeu cristo

De Muukhwarura



As “palmadinhas nas costas”, do Mukhwarura

**Por Sakharari (escritor e colega de
Mukhwarura na antologia *O Tacto*)**

A minha amizade com o Mukhwarura tem mais de 25 anos, desde os tempos em que a poesia não era mero rascunho em tinta e papel. Quando era imperioso vivermos a poesia sem a desenfreada corrida pelas publicações e *likes* nas redes sociais.

Só quem viveu com Mukhwarura conhece os detalhes da originalidade, profundidade, intensidade e translucidez da pessoa que trazia consigo.

Talvez eu visse nele o que ele via em mim, não que fossemos quirais e nem sobreponíveis. Eu via nele um médium, um astronauta que acima de tudo sabia da importância de dar palmadinhas nas costas aos amigos, ajudando a remover os espinhos dos caminhos que percorremos.

Com Mukhwarura a amizade não se baseava apenas nos marcos impostos pela natureza humana e nem nas inevitáveis forças do universo.

Devíamos ser amigos quando fizesse sol como nos dias de chuva, devíamos ser amigos na tempestade como nos dias de pura calma, porque as tempestades vêm e vão, mas a amizade fica para todo o sempre.

Excertos de Mukhwarura em *O Tacto*

Poema do “segundo caderno:
animais em pânico”

C.2

subir a serra
para plantar limões
é um desperdício de tempo
mesmo quando a lavra
torna-se distante
como a ausência
o azedo dos dias
a seiva dos labirintos
a garganta dos regatos
não se pode permitir
dormir com os monges
no cimo do esquecimento
onde cabem os falos
e os limoeiros.

De Mukhwarura



O legado de Mukhwarura em *Nikokwe- A Reforma da Prostituta*

Por Anastácio Tijó (leitor e amigo)

A minha intervenção sobre o meu *Atokwene* “Mukhwarura” organiza-se em quatro momentos de memória e reflexão, nos quais a minha própria trajetória de vida se cruza com a obra “NIKOKWE, A REFORMA DA PROSTITUTA”, de Francelino Dalton Wilson, publicada pela Ethale Publishing em 2025. Não se trata apenas de falar do autor e da obra separadamente, mas de compreender como ambos se iluminam mutuamente: a vida do autor ajuda a ler a obra, e a obra ajuda a compreender o homem.

Primeiro momento: Conheci o Francelino Dalton Wilson, “Mukhwarura”, ainda na minha infância. Ele era uma presença constante entre a mochila, a pasta e o caminho da Biblioteca Africana Amiga. Ali, entre livros e silêncio, construía uma relação profunda com o conhecimento. A sua escrita cuidada, a sua caligrafia firme e a sua disciplina silenciosa já anunciavam uma forma de pensar o mundo. Neste primeiro contacto, mesmo sem ainda existir a obra que hoje analisamos, já se percebia a semente do seu pensamento literário: a valorização do detalhe humano, a atenção ao invisível e a forma como o quotidiano podia ser transformado em reflexão.

Segundo momento: O segundo encontro ocorreu na Rádio Moçambique, em Lichinga. No ambiente técnico da rádio, Francelino revelava uma visão simples e profundamente prática da comunicação. Dizia-me para manter o programa fluido, com naturalidade, após o Jornal do Niassa. Para ele, a comunicação não era rigidez, mas movimento. Esta forma de ver o mundo ligase diretamente ao espírito da sua obra. Em “NIKOKWE, A REFORMA DA PROSTITUTA”, a narrativa também não é rígida nem linear: ela flui entre personagens, símbolos e reflexões sociais, como se a vida, tal como a rádio, fosse um espaço de construção contínua, onde tudo está em movimento e transformação. A sua saída da rádio, incompreendida por muitos, revela já o mesmo gesto que a obra mais tarde assume: recusar o conforto do estabelecido para procurar um sentido mais profundo na escrita, no ensino e na reflexão humana.

Terceiro momento: O terceiro encontro ocorreu em 2014, em Chimoio, quando eu ainda estava no seminário. Ele tinha concluído o mestrado e trouxe uma mensagem que liga diretamente a sua experiência de vida à essência da sua obra. Falou do bairro onde crescemos, da bola de trapo e da passagem para o mundo. Quando diz: “Saímos do pequeno bairro... para o mundo”, ele não está apenas a recordar o passado; está a construir uma visão existencial. Esta mesma ideia atravessa a obra “NIKOKWE, A REFORMA DA PROSTITUTA”: a passagem do indivíduo de um espaço limitado para um mundo maior, o ser humano é confrontado com estruturas sociais, desigualdades e escolhas morais.

A frase “Tu podes muito” não é apenas incentivo pessoal; é também uma filosofia presente na obra, onde as personagens são constantemente desafiadas a ultrapassar as limitações impostas pela sociedade.

Quarto momento e a obra: O último encontro foi silencioso e, na altura, eu não compreendi que era uma despedida. Ele estava profundamente envolvido na publicação da segunda edição de “NIKOKWE, A REFORMA DA PROSTITUTA”.

É aqui que a ligação entre a vida e a obra se torna mais evidente.

Em “NIKOKWE, A REFORMA DA PROSTITUTA”, Francelino constrói um texto que não é apenas narrativa, mas também espelho da sua própria forma de ver o mundo. A obra centra-se na figura da mulher, apresentada como ser plural: mãe, esposa, trabalhadora invisível, corpo marginalizado e sujeito de dor e resistência. Esta multiplicidade não é apenas literária; é uma leitura crítica da sociedade que ele próprio observava no seu quotidiano.

A forma como ele valorizava o invisível na biblioteca, na rádio e nas relações humanas, reaparece na obra como uma atenção profunda às vidas marginalizadas. O que ele fazia na prática: escutar, observar, compreender torna-se, na literatura, uma denúncia silenciosa das estruturas de exclusão.

O passado, na obra, não é apenas memória, mas repetição social. Tal como ele acreditava que o homem não deve ficar preso ao bairro, a obra mostra que a sociedade insiste em prender indivíduos em papéis fixos, impedindo a sua transformação.

O título da obra “NIKOKWE, A REFORMA DA PROSTITUTA”, não deve ser lido de forma literal, mas filosófica. Ele questiona precisamente aquilo que Francelino também questionava na vida: quem define quem somos? Quem decide quem pode ser transformado e quem deve permanecer excluído? Assim, a obra torna-se extensão do autor. A sua vida de observação, ensino e escuta transforma-se em literatura crítica. E a literatura, por sua vez, revela aquilo que ele era: um pensador do humano. Francelino raramente falava dos seus próprios problemas, mas ouvia com profundidade. Tal como na sua obra, onde as vozes marginalizadas ganham espaço, também na vida ele dava espaço ao outro.

Francelino vive.

A sua obra e a sua vida não se separam. Ambas fazem parte de um mesmo gesto: compreender o humano na sua fragilidade e na sua grandeza. Moçambique perdeu, África perdeu e o mundo perdeu um grande linguista, um escritor e um pensador da condição humana. Se existir um lugar além deste, imagino que ali a sua obra continua a ser lida, não como lembrança, mas como permanência.

Obrigado, Francelino Wilson, meu *Munna*, meu *Atokwene*. Obrigado Mukhwarura.

Manifesto

Por Fer



Existir.

Escolha? Azar? Bênção?

Uns comemoram pelo nascimento, outros comemoram pela morte. Somos mesmo todos iguais?

Enquanto uns acordam com ânimo para encarar mais um dia — um belo dia — outros imploram silenciosamente pelo fim.

Escolha? Azar?

Quantos de nós já duvidamos da própria existência? Já pensamos: talvez eles tenham razão... talvez eu nunca devesse ter nascido. Talvez assim doesse menos.

Colocar em causa a existência de outras culturas e formas de viver não é reflexão — é ignorância.

É angustiante sentir-se inseguro num mundo onde todos deveríamos sentir-nos seguros.

Angústia por chegar ao limite e ainda assim sentir-se menor.

Sentir que a nossa cútis, cultura ou a forma de viver é o motivo suficiente para não progredir, mesmo quando todo o resto está certo.

Escolha? Azar?

O egocentrismo transforma diferenças humanas em motivo de discussão: cor de pele, dos olhos e cabelos, como se a fisionomia fosse erro.

Movidos pela vontade de dominar tudo e todos, abrimos espaço à intolerância.

Uns dizem-se descobridores de outros, como se fossem pioneiros. Ora: naquela época, naquele dia, já se vivia. Havia vida. Eram pessoas.

O tempo passou. O mundo mudou. A ciência evoluiu. Mas não evoluímos em valores que nos permitam viver em harmonia como humanos distintos.

Escolha? Azar?

Por que é tão difícil aceitar o "diferente"? Existe lógica? Ou apenas ódio confortável? Dizemos que somos contra.

Batemos na mesa.

Mas calamo-nos quando tudo acontece outra vez.



Mas também foi assim
que nasceu o que não
conseguiram destruir.

Memória.

Força.

Resiliência.

Algo que nos impede
de baixar a cabeça.

De aceitar
o que aceitamos antes.

Coragem.

Escolha? Azar?

Não.

Nunca foi escolha.

Foram sempre as diferenças.

"Não cabe a mim."

"Não é comigo."

E assim lavamos as mãos.

E assim construímos um mundo que finge
mudar -

mas no fundo permanece igual.

O mesmo ódio.

O mesmo desprezo silencioso.

A mesma superioridade.

A mesma apatia de quando a nossa
ganância nos levou a criar fronteiras e
linhas nos mapas.

Escolha? Azar?

É assim que nos ensinaram a duvidar do
nosso valor.

Ser e não pertencer: Educar para a pertença africana

Vozes em diálogo

Num mundo marcado por fluxos globais acelerados (tecnológicos, económicos e culturais) torna-se cada vez mais desafiante compreender como cada pessoa encontra espaço para afirmar a sua identidade. As políticas internas e externas, a memória histórica, as práticas comunitárias e a produção mediática moldam profundamente a forma como nos reconhecemos. No fundo, caminhamos sobre um chão chamado cultura, sendo nele onde a identidade se ancora, se disputa e se reinventa.

É neste cruzamento entre forças globais e políticas locais que assistimos a situações em que, quase sem perceber, evitamos aquilo que poderia aproximar-nos das nossas raízes. Evitamos falar as nossas línguas, talvez porque não as vimos valorizadas. Evitamos a nossa indumentária, talvez porque nunca a vimos reconhecida como expressão legítima de identidade. Evitamos expor a nossa cultura, talvez porque crescemos a acreditar que ela não tinha lugar no espaço público. E, por vezes, até a nossa cor fica difícil assumi-la plenamente, tornando-se mais simples transformá-la em estética, em arte, como se fosse mais leve ser um “tom” do que assumir a complexidade de ser uma pessoa negra.

Neste processo, afastamo-nos do que é nosso, duvidamos da nossa capacidade, desconhecemos — ou recusamos — a história que antecede a colonização, porque raramente nos foi apresentada como parte essencial do nosso percurso coletivo. E estas negações acumulam-se: falar a nossa língua, usar o nosso cabelo, valorizar a nossa indumentária, ler livros nossos, cantar, dançar e promover as nossas artes, conhecer os nossos países e visitar as nossas histórias tornam-se práticas vistas por muitos como desinteressantes, vergonhosas ou intimidantes. E, quanto mais distante fica a cronologia das independências, muito próximo moram as memórias da estigmatização.

Ser africano, passou, para muitos, a ser algo distante — uma possibilidade que nem toda a gente sente que quer alcançar.

É neste contexto que vamos discutir, talvez sem filtros, este tema “SER E NÃO PERTENCER – EDUCAR PARA A PERTENCE AFRICANA”, com os nossos painelistas:

Jessemusse Cacinda – escritor e editor, formado em Filosofia e Sociologia, doutorando na Universidade de Coimbra;

Viviane Carvalho – investigadora das literaturas africanas de língua portuguesa e negro-brasileira, com trabalho sobre memória, identidade e violência; e

Vasco Mahumane – professor de Educação Visual, licenciado em Design de Comunicação, artista audiovisual multidisciplinar, criador de identidades visuais e padrões inspirados na cultura material local, poeta visual e desenvolvedor de tipografias expressivas e africanas.

Abrimos agora o espaço de diálogo, onde três vozes se cruzam, respondendo às perguntas que orientam esta reflexão. Iniciamos a conversa com a primeira questão, dirigida ao Jessemusse Cacinda.

Vandy Cambula: Há a ideia óbvia de que se os países africanos não tivessem sido colonizados nós seríamos outros. Porém, este “outros” percebe-se como uma grande imaginação ou idealização. Há aqui um grande sonho retrógrado que acaba por ser uma utopia: sonhar com um passado que poderia ter desviado o destino, se não tivesse sido o que foi. E isto acaba por frustrar. Como é que a filosofia e a sociologia tratam esta frustração iminente e muito notável nos discursos coletivos?

J. Cacinda: É, de facto, uma questão profunda. Mas, é importante referir que não há uma ideia de África sem colocar a questão da colonização europeia, porque se não fosse a colonização europeia não teríamos uma ideia de um continente africano como um lugar coletivo. Então, significa que nós aceitamos a experiência da colonização europeia com as suas próprias iniciativas, como o caso do tráfico de escravos que desterrou estes povos que viviam neste espaço que hoje é África, para outros lugares, desumanizando-os, desenraizando-os, arrancando-os as suas línguas, as suas culturas, tudo isso.

Entretanto, este processo levou um tempo para estabelecer novas formas de ser, estar e pertencer. E estas novas formas de ser, estar e pertencer tem muito que ver com a colonização. Foi a partir da colonização que na Conferência de Berlim, decretou-se as fronteiras daquilo que são os países africanos. Então, nós temos um continente africano em que os africanos não participaram na sua arquitetura, ou seja, não construíram a ideia de África. Os africanos não definiram as fronteiras, os africanos não definiram as línguas oficiais, não definiram os sistemas educacionais que funcionam nos seus países. Este é um ponto.

O outro ponto é que que nalgum momento da história, povos negros, principalmente nas Américas, porque este movimento começou nas Américas, começam a questionar o seu lugar e começam a construir uma ideia do que é nação. E uma das questões que acontecem nas Américas é que como vão para lá povos de diferentes lugares e são colocados num único sítio. Eles não tinham uma língua comum, não tinham, enfim, vários aspetos culturais comuns. A coisa que mais os une, provavelmente, seja só a cor da pele e também a sua condição de pessoas que foram submetidas a uma exploração através da escravatura.

Então, a situação de ter uma cor de pele comum e ser submetido a uma situação de escravatura, de certa da forma, contribui para um despertar de consciência que veio dar no movimento que ficou conhecido como o Pan-africanismo.

Então, é o Pan-africanismo que inspira vários cidadãos, no caso, que vinham dos territórios do continente africano a organizarem-se em movimentos que lutam para as independências dos seus países e constroem novas nações. Nesse sentido, as novas nações africanas hoje, não têm como voltar a ser a África que eram antes da colonização porque já foi moldada e por um lado, estes povos que são descendentes dos povos que foram submetidos à escravatura, continua-

ram a lutar pelo seu reconhecimento nos lugares onde se encontram, falo das Américas, especificamente, porque é uma das principais referências que nós temos quando estudamos os movimentos como o pan-africanismo. Basicamente, a influência vem das Américas e do movimento que é feito nas Américas. Quando eu falo das Américas é para sublinhar todas as Américas, tanto do sul, como do norte. Não falo dos Estados Unidos porque às vezes quando se fala das Américas pensamos nos Estados Unidos, por isso coloco no plural. Eu acho que um dos principais movimentos que, de certa forma, inspirou o Pan-africanismo é a Declaração da Revolução Haitiana que é a primeira constituição feita por um país totalmente governado por negros.

Então, é aqui onde todo este movimento começa e se espalha. Portanto, esta ideia de África, hoje, é uma ideia que nós construímos em função do lugar onde nos encontramos, em função das experiências que nós vivemos, em função da necessidade que nós temos de nos aceitarmos como sujeitos e não como objetos. E por sua vez, construímos uma ideia que temos de nós mesmos, tentando descolonizarmo-nos.

Eu falo de descolonizarmo-nos porque a partir do momento que assumimos que somos africanos, assumimos que viemos dos países atuais, assumimos que pertencemos a essa estrutura toda, quer dizer que nós assumimos que somos resultado de uma condição de colonização. Então, agora, o grande exercício é como é que nós nos descolonizamos. Eu acho que é esta a grande questão que se coloca e que provavelmente pode alimentar e animar o nosso debate. Penso que este é o ponto de início para responder a questão que me foi colocada.

V. Cambula: Deixou ficar, o Jessemusse, a ideia central de uma África como fruto da colonização do qual os africanos são um projeto do mesmo. Professora Viviane, na mesma linha de pensamento e fazendo aqui uma ponte sobre esta questão da frustração que os povos carregam e desta quase existente idealização de uma condição melhor de vida que o povo evoca, se o passado tivesse tomado outro rumo, tudo por causa de um acontecimento que moldou a sociedade a ser o que é hoje, como é que estas todas questões da frustração e talvez, as estigmatizações arrastadas do passado, colaboram para uma negação ou crise de identidade?

V. Carvalho: Primeiro quero agradecer por estar aqui hoje, neste espaço, também, de colaboração internacional. Não sou africana. Eu sou Brasileira e nós temos uma pensadora cá no Brasil, já falecida, a Leila Gonzalez que fala que a história do negro no Brasil é a história do negro no mundo. E eu acho muito interessante essa questão da relação afro-atlântica porque por mais que nós estejamos divididos pelos oceanos, carregamos uma marca muito forte da colonização ainda porque não se ouve nenhum tipo de projeto que fosse a partir do poder para que pudesse nos conceder uma parte desse poder, e quando nós nos movimentamos intelectualmente para podermos pensar uma nova sociedade, uma nova nação, isso tudo é um ato de extrema resistência da nossa parte e não é fácil. Eu sou uma pesquisadora e parto

das áreas das literaturas de língua portuguesa de Moçambique e de Angola. Estou aqui há 12 anos pesquisando, conforme falei com a Vandy que tenho vindo a pesquisar desde os meus 20 anos de idade na universidade e atualmente estou no doutorado na universidade de São Paulo pesquisando as literaturas da Lília Momplé e da Conceição Evaristo e essa pergunta que você fez, ela toca numa ferida, numa ferida dividida tanto pelos povos das Américas como o Jesse falou em relação aos povos das Américas. Não da América do norte, mas dessa nossa concepção da América decolonial no sentido de um projeto anticolonial. E na pesquisa que eu estou fazendo coloco essa ferida como uma parte constitutiva da experiência afro-atlântica. Ela não é uma ferida psicológica e individual, é uma ferida histórica que é dividida num corpo coletivo. Ela se inscreve no nosso corpo e essa inscrição histórica de uma ferida que marcou psicologicamente, tramatizou tantos povos e ainda continua, está também inscrita dentro das narrativas das análises que eu faço.

Se vocês conhecem a Lília Momplé, ela tem três livros na obra dela. Acredito que ela já está bem velhinha, mas está escrevendo o quarto livro. No primeiro livro dela *Os olhos da cobra verde* ela fala muito sobre o período da colonização. O segundo livro *Ninguém matou Suhura*, ela vai tratar muito ali da luta anti-colonial para aquele desprendimento de Moçambique, do império português. E no terceiro livro *Neighbours* que é *Vizinhos* fala sobre a guerra dos dezasseis anos que ocorreu em Moçambique e lá nós temos uma visão de que essa violência da guerra em Moçambique produz algo semelhante a essa ferida nos personagens, em relação a essa fratura de identidades porque os personagens constroem os seus sonhos no mundo que não os reconhece como sujeitos plenos. E quando esse mundo está desabando vai junto com a própria ideia de nação, com a própria noção de si. O que a literatura nos mostra é que a negação da identidade não é apenas uma questão individual, mas também cultural e é uma resposta a essa rejeição estrutural. E reconhecer isso é parte desse processo porque quando um povo é sistematicamente ensinado a desejar que não pode ser, seja branco e tudo, seja uma história sem escravidão, seja um futuro que o sistema lhe nega, o que se cria não é apenas uma frustração, mas é um descolamento identitário. E eu achei muito importante essa ideia de que mesmo na atualidade a gente precisa dessa resistência para continuar a pensar novos futuros. Atualmente, eu conheci um autor que fala desta questão da afrotopia e tem também a Saidiya Hartman que fala de uma fabulação crítica. A partir dos danos, dos vestígios da história, porque a história foi muito apagada, tanto aqui no Brasil, os arquivos daquelas pessoas que entravam nas embarcações foram se perdendo e muitos escritores estão fazendo uma revolução pelas palavras e através desses vestígios reconstruem uma história. Essa fabulação crítica, eu acho que ela é essencial para que quando as pessoas leiam, falo dsse público leitor, entrem em contacto e consigam, não apenas se verem naquela literatura, mas também resgatar ou recondicionar uma identidade de si, uma ideia de si mesmos.

V. Cambula: Gostava, neste momento, de convidar o Vasco à conversa. Entretanto, caso não se importe, Vasco, gostava que ativasse a sua câmara porque o assunto que gostaria de trazer, neste primeiro instante, está relacionado com a sua parte mais visual ou física.

Eu queria tocar num assunto muito importante relacionado com as escolas moçambicanas, que no fundo, em conversa com certas pessoas, percebi que as angolanas passam também pelo mesmo dilema. Há algum tempo atrás estive numa conversa igual a esta em que uma pesquisadora angolana de literaturas de expressão portuguesa chamada Fekayamale (apelido), tocou neste assunto. E tempos depois, em conversa com uma amiga angolana, esta também tocou no mesmo assunto.

O que quero deixar de reflexão com o Vasco está relacionado com a apresentação nas escolas moçambicanas, principalmente no que concerne ao cabelo. Geralmente, os alunos do sexo masculino que aparecem de cabelo trançado ou um pouco acima do estabelecido como altura ideal, se essa altura tiver sido estabelecida, são penalizados e muitas vezes, somos nós os professores, os tais juízes ou os que policiamos estes alunos. Entretanto, sendo professor numa escola típica moçambicana onde são feitas estas exigências ao aluno que, aparecendo de tranças iguais às do professor Vasco, é conotado como marginal, ou seja, o seu comportamento é *a priori* medido por aquilo que a sua aparência denota. Como lida com esta ideia de aparecer em sala de aulas de *dread locks* sendo que esta é uma lei negada ao próprio aluno?

V. Mahumane: Boa noite, mais uma vez. Eu sou Vasco Daniel Mahumane, professor de Educação Visual, Desenho, Geometria descritiva, sou designer formado no Instituto Superior de Artes e Cultura. Trabalhei muito com projetos culturais a nível de criação de identidades visuais e fiz muita pesquisa sobre a cultura material local, como forma de encontrar referências visuais para poder expressar aquilo que é a identidade moçambicana e, dum modo geral, africana.

Trabalho na Escola Secundária da Matola já faz tempo e curiosamente este ano saí de lá para uma outra escola. Bem, eu olho para a minha vida como espécie de um manifesto. Eu sou um manifestante cultural. Então, obviamente que tive problemas, pessoalmente, como professor quando decidi deixar o meu cabelo crescer. Aliás, desde o início da minha leção sempre deixei o meu cabelo crescer, mas para poder geri-lo no estado em que o teu está por exemplo, Vandy, é difícil porque é preciso penteá-lo a todo o momento. Por isso, deixei-o crescer e acabaram saindo estas *dreads*, ou *rastas*, esta mistura de cabelo.

Portanto, ser professor no ensino secundário com este cabelo é, de facto, inaceitável. É inaceitável, primeiro porque há uma ideia de que estar asseado é estar de careca, é ter cabelo curto. E sendo professor, a forma de ser e estar que deve inspirar o aluno é..., ou seja, o professor é o primeiro a ser exigido que vá lecionar de cabelo curto. Não interessa se isso lhe faz bem, se lhe causa algum mal estar, o importante é estar como as leis ou o hábito mandam. E depois existe aquilo que é o regulamento interno da escola que não sei até que ponto o mesmo concorda com as leis aprovadas na Assembleia da República, que regulam o funcionamento de um Estado. No regulamento interno está bem claro que o aluno deve estar lá de cabelo curto e quando ele não se apresenta assim é excluído da sala de aulas e do processo de ensino e aprendizagem, apesar de se sugerir que o ensino é inclusivo. Não se sabendo até que ponto isto reflete a verdade.

Então, ser professor no ensino secundário é um problema gravíssimo com cabelo. Primeiro porque eu tive que fazer uma luta para poder trabalhar assim. Eu estive disposto a largar porque o oxigénio não está lá na escola, mas sim está disponível para todos. Portanto, continuaria a viver. Eu fiz uma luta porque estava ciente de que não havia nenhum problema nisso e tive ajuda de um advogado para dar seguimento. Mas, tive uma proibição, ainda que não fosse escrita. Cheguei a ficar em casa alguns dias e depois dei seguimento. Uma coisa interessante é que apresentar-se assim é também uma forma de ensinar os alunos a olharem para pessoas assim na rua de uma forma diferente. Tive muitas experiência de género, além de que a minha área de artes visuais e tantas outras áreas que pratico como a cultural tem muito a ver com a minha forma de ser e estar, com as minhas pesquisas, com a minha relação com as pessoas da área. Tudo isso faz-me. E a minha forma de me apresentar é consequência disso. Mas, de facto, é difícil ser professor do ensino secundário apresentando-se assim porque além da rejeição da direção, sofres também a rejeição dos colegas. Há colegas que são muito dogmatas e que foram com sucesso bem colonizados até hoje. Portanto, olham como se o professor que se apresenta assim estivesse a criar uma má imagem para a carreira de docência. Então, é um problema, de facto, gravíssimo e que precisa de ser reavaliado.

V. Cambula: Obrigada Vasco. É muito sensível o que trouxe aqui. Sinceramente, fiz uma questão que nem imaginava que fosse ouvir tudo o que falou. O Vasco chegou a ter a sua carreira em causa porque não querendo se dissociar do que considera parte de si teve de recorrer à justiça, pagando um advogado para resolver uma questão de identidade tida como indisciplina. Entretanto, o cabelo lhe pertence, é seu. Eu toquei neste aspeto porque como professora e outrora colega, na mesma escola, sei desta questão e fiz parte dos que “penalizavam” os alunos, embora seguindo regras. Eu paro hoje com outra mentalidade e faço-me todas estas questões. Entretanto, existir um Vasco a quebrar isto é um ato de coragem, muito grande.

Muito bem, continuando com a nossa conversa, eu gostaria de voltar ao Jessemusse para conversarmos em torno da questão dos livros, porque é também editor e escritor, fora a ser sociólogo e filósofo. Eu queria tocar naqueles lemas, Jesse, *Books*, *Eu gramo Maning e Eu Leio Livros de Autores Africanos*. São dois lemas que o Jesse construiu e entende-se aqui duas grandes missões. Uma das missões é de incentivar a leitura, numa linguagem, mais coloquial, suave e convidativa, principalmente para os jovens e a outra missão é de enaltecer a escrita dos africanos. Agora, nós estamos a falar de uma sociedade, Jessemusse, a nossa, a africana em geral, mas vou tocar na moçambicana porque se calhar falaremos um bocado mais com propriedade. Entretanto, podemos galgar outros territórios.

Bem, na sociedade moçambicana em que pouco se lê e a leitura não faz parte, na verdade, de cultura substancial e a maioria da população nesta sociedade vive o que eu gosto de chamar de retorno à natureza. É uma população que acorda e luta para ter algo para comer e beber por forma a garantir que acorde novamente viva no dia seguinte.

E parte desta população nem sonha com o que comer e beber, mas sim em estar viva no instante seguinte porque vive em regiões de alto risco, conforme temos visto ultimamente, como na zona de Cabo Delgado. Então, Jesse, como é que essa missão de expandir a leitura acaba por conseguir granjear uma posição para uma autoafirmação identitária e cultural dentro deste mesmo espaço onde há todas estas dificuldades?

J. Cacinda: Certo. Bem, está aqui o meu amigo Vasco, também meu competidor nesta coisa das roupas porque ele tem as suas marcas de roupas. Então, esta coisa de *Books Eu Gramo Maning* e *Eu Leio Livros De Autores Africanos* são alguns achados também da minha marca de roupa, mas por um lado..., como é que eu diria isto? Somos competidores, mas também clientes um do outro porque eu compro as camisetas do Vasco e o Vasco compra as minhas. Mas, a questão dos lemas, das marcas de roupa, dos livros que a malta faz, tudo isso, eu acho que, primeiro, são escolhas que a gente tomou na vida, de descobrir coisas que gosta de fazer e fazer disso a nossa vida. Este é um ponto.

O outro ponto é que cada um de nós mergulhou na leitura numa determinada fase da sua vida por diversos motivos e acredita que a leitura e a circulação de livros é o caminho para o futuro. O continente africano, no geral, e Moçambique, em particular, são espaços habitados na maioria por população jovem e que de certa forma é o futuro da humanidade. Ou seja, o futuro da humanidade está no continente africano. Então, se o futuro da humanidade está no continente africano, cabe a nós nos perguntarmos que tipo de futuro nós queremos para essa tal humanidade. Se queremos um futuro da humanidade onde as pessoas têm a capacidade de ler, interpretar, refletir, questionar e tudo isso, ou queremos um futuro em que as pessoas são apáticas e simplesmente deixem que a história os domine e não que elas dominem a própria história.

Então, a nossa ideia de criar, em Moçambique, uma sociedade de leitores, ... nós editamos livros, por exemplo, no ano passado editamos 35 livros e criamos o maior movimento de promoção de leitura para alunos nas escolas que é o *Ler Nas Férias* que está agora na sua 5ª edição, e tudo isso que estamos a fazer é para que os meninos, os jovens, passem a olhar para leitura como algo normal que faz parte da sua própria vida e que é para lá onde vamos. Agora, eu não acredito tanto nesta ideia de que nós não somos uma sociedade de leitores. Basta passear, eu sou da província de Nampula e tenho muitas experiências em Nampula. A partir de Meconta até o Rio Lúrio, tu tens várias estações arqueológicas onde tens as esculturas rupestres, afinal, as pinturas rupestres são uma sinalização de que as pessoas que ali viveram, nalgum momento das suas vidas, tiveram que encontrar uma forma para fazer a representação gráfica daquilo que elas pensavam, sentiam e viviam. Isto, basicamente, é o fundo que traduz a ideia da escrita.

Quando nós escrevemos, basicamente fazemos isso. Fazemos uma representação gráfica daquilo que nós vivemos e sentimos. Então, quando eu olho para essas pinturas rupestres, quando eu olho para uma série de rituais tradicionais na cultura emakhuwa que são feitos através de exercícios de riscar o chão, anotar plantas e uma série de saberes, parto do pressuposto de que a leitura não é algo estranho à essas sociedades. O que aconteceu é que, fruto de várias outras questões de natureza histórica, mas também política e econômica, houve pouco incentivo na educação e em toda a sua infraestrutura, que acabou impedindo que estas pessoas descobrissem o prazer da leitura, mas não necessariamente que sejam pessoas que não leem pelo puro prazer.

Moçambique é um país onde as pessoas têm uma apetência para a leitura, mas que as condições sociais, políticas e econômicas não garantiram com que estas pessoas pudessem aceder ao livro e descobrirem a sua própria magia. Só para terminar, falo isso porque em vários eventos que a gente faz em Moçambique, ... eu fiz uma *tour*, quando lancei o meu livro *Kwashala Blues*, do Rovuma ao Maputo e na minha *tour* vieram jovens que vinham por pura curiosidade. Leram o livro e depois falaram comigo. E pegando essa história do cabelo, quando eu fazia a minha *tour* do *Kwashala Blues*, como eu tinha o cabelo um pouco maior, então, um desses meninos na província de Manica perguntou-me: por que os escritores e artistas gostam de criar cabelo e fazer tranças? Então, colocamo-nos a rir e acabamos fazendo as elaborações que o Vasco bem fez aqui. Talvez por sermos artistas somos pessoas que por natureza queremos resistir às imposições que nos são feitas. Então, acho que a marca de roupa é um pouco nisso também.

Uma vez que não podemos andar com as páginas dos livros abertas, por que não levamos algumas ideias que pegamos dos nossos livros e transformarmos em marcas de roupas que as pessoas podem usar na cidade de Maputo, na cidade de Nampula e viver a vibração através de uma coisa mais visual, mais *fashion!* Então, é um pouco por aí. Mas, a minha tese é: nós não somos uma sociedade que não é de leitores. São as condições sociais, políticas e econômicas que assim criaram. Mas, se fizermos uma alteração e fizermos mais atividades, vamos ver que quando as pessoas, os meninos, as crianças descobrem a magia da leitura, elas depois colam. Isso nós até já provamos. Tem um outro exemplo, só para fechar, das senhoras do mercado do pulmão, na Malhangalene, que por conta da nossa livraria estar ao pé do mercado, e a gente ir lá almoçar, e permitir que elas saibam o que nós fazemos, isto é, que trabalhamos com livros, boa parte dessas senhoras já leu os nossos livros. O meu livro, por exemplo, o livro do Lineu, o livro daquela malta dos escritores moçambicanos que bebe uma cerveja e almoça ali no pulmão da Malhangalene, tem uma série de vendedoras que já leu os nossos livros. Então, acho que essas experiências não me permitem olhar para Moçambique como uma sociedade que não é de leitores.

V. Cambula: É interessante o que Jesse nos trouxe cá em relação à leitura e estas experiências porque, na maioria das vezes, há a ideia de que quanto mais distantes, mais são apreciados os trabalhos. E é fantástico ouvir estas experiências com as senhoras que operam ao pé da editora. Ainda consigo, Jesse, só para deixar isto claro, a ideia de ler os autores africanos é o legado da editora ou simplesmente um dos seus objetivos?

J. Cacinda: É para criar um critério de proximidade. Tem muitos jovens que vieram até mim e disseram: “olha, Jesse, nós não gostamos de ler alguns livros de literatura moçambicana porque são escritos como se tivessem sido feitos em Portugal”. E quando a gente vai para as escolas eles repetem isso. Há ali uma escrita que, claramente, foi feita sem pensar neles. Então, a gente olha e pensa: por que não descolonizar a escrita? Se as pessoas, nas ruas de Maputo, dizem “*maning nice*”, então vamos meter a expressão no livro. E se as pessoas em Maputo dizem: “*empresta-lá um book*”, vamos meter no livro um diálogo de personagens a dizerem “*empresta-lá um book*”. É isso que faz com que as senhoras do pulmão se revejam, sintam que esta escrita é para nós. E por via desse critério de proximidade, as pessoas passam a gostar de ler os nossos livros. Então, a ideia de livros africanos, promover cenas mais africanas é também para dizer, olha, os africanos não são apenas o objeto da história, aquilo que eu falava no princípio quando eu disse que a África foi construída através da colonização. Uma situação em que os países do continente africano são resultados da colonização, boa parte do imaginário que nós temos, do que é bom, do que é errado, do que é bonito, do que não é, é tudo construído em volta dos valores da colonização. E nesse tipo de situações é relativamente fácil que mesmo um jovem em Maputo acredite que os africanos foram feitos simplesmente para serem vítimas da história. Tem um jovem moçambicano, que está cá em Coimbra e dizia assim: “(...) mas em Moçambique nós não estudamos nada.” e eu dizia: “desculpa-lá! Se em Moçambique não estudamos nada, como é que entramos com nota 18 na universidade de Coimbra?”. Então, percebe-se que o problema não está no facto de não termos estudado nada em Moçambique, mas sim, na nossa consciência. É um pouco dessa ideia que estamos a tentar colocar nas cabeças das pessoas porque há sempre a ideia de que em Moçambique não se estuda, dito por alguém que foi admitido para uma universidade de medicina em Lisboa, formada por professores moçambicanos. Quer dizer, você não estudou nada, mas entrou nas melhores universidades com nota alta! Entrou por magia? Não. Isto quer dizer que você foi formado por bons professores em Moçambique. É uma questão de mentalidade que a gente tenta trabalhar.

V. Cambula: Mais uma vez, obrigada Jesse. Antes de voltar para a professora Viviane queria informar à plateia que podem expor as suas questões através do *chat* ou levantando a mão para dialogarem diretamente com os nossos painelistas.

Professora Viviane, sendo que estuda questões relacionadas à memória e às literaturas africanas de expressão portuguesa (LAEP), gostaria que conversássemos em torno disto. Consideramos que a memória é impulsionada de diferentes formas: através de narra-

tivas, tanto documentadas, as que ficaram como legado escrito; as contadas, que é o proferido e ouvido; as omitidas, o que não é falado mas que existiu, que é real e que muitas vezes funciona como a peça do *puzzle* em falta; de legados celebrados; de legados herdados e até monumentais, conforme o Jesse dizia que à caminho de Nampula pode ainda se ver as pinturas rupestres que funcionam como um legado de escrita ancestral. E Levi, chama-nos a algo que refere como “Dever da Memória”, este dever muito importante e que vai influenciar aquilo que são os imaginários e expectativas dos africanos e/ou dos negros (vou usar os dois termos para não criar confusão), num mundo onde a maioria dos elementos que aqui mencionamos, estas narrativas todas, ainda constituem, de certa forma, um trauma para estes grupos. Então, como é que analisa estas questões, da existência de um “dever da memória”, mas ao mesmo tempo, voltando para a questão inicial, reconhecendo que prevalece uma frustração como se houvesse aqui coisas não resolvidas?

V. Carvalho: Essa questão da memória é muito crucial para as literaturas, tanto as negro-brasileiras, quanto para a literatura moçambicana em si. Eu consigo perceber o quanto a memória ainda traumática atravessa as literaturas de uma forma, assim, preponderante, no sentido de que as personagens, elas levam esse percurso memorialístico. Eu sou leitora da obra de Lília Momplé, ou seja, sou leitora de livros tanto angolanos, quanto moçambicanos como falei com vocês, mas eu sou também uma leitora desses livros que estão aqui no nosso país, chamados de afro-brasileiros e que eu tenho chamado, por uma reivindicação política, de literaturas negro-brasileiras para que a gente nunca afaste ou inferiorize o termo negro na nossa sociedade e também por uma questão cultural. Eu me ancoro no Cuti que é um ativista cultural e também criador dos cadernos negros aqui no Brasil.

Quando a gente fala dessa questão da memória, geralmente, os autores eurocêntricos pensam muito na ideia do holocausto, o holocausto que foi, sim, um crime e é contra a humanidade, mas que também em relação às sociedades africanas e à sociedade brasileira que ainda não foi totalmente descolonizada. Nós ainda temos muito que escrever e pensar um Brasil contra a corrente e de pensar também no novo futuro de construção de imaginário. Porque é a partir do nosso imaginário, que a gente constrói uma noção de si e uma noção de uma nação, de um povo. Nós, na literatura, estudamos muito essa questão dos estudos tutorais no sentido das comunidades imaginadas, do orientalismo, no sentido de pensar quais imaginários criaram realmente essa ideia de África e também na negro-brasileira, pensando o Brasil. Então, é uma obrigação ética de testemunhar para que o horror nunca seja esquecido, nunca seja repetido. Isso tem muito a ver com debate cultural. Por exemplo, aqui na história do nosso país, depois que o nosso país se tornou independente, nós ainda tivemos uma ditadura militar, então, nós estamos num debate aqui, no movimento do cinema também de que a gente lembra para nunca repetir.

A gente tem que lembrar do que nos aconteceu para que isso nunca possa ocorrer novamente. E todas essas questões históricas que nos ocorreram, não com o traje antigo, elas podem nos ocorrer com novos trajes. Inclusive, tem muitas coisas ocorrendo. Essa questão mesmo do Brasil, nós tivemos recentemente um presidente *hiper-mega-ultra* conservador que mexeu com o imaginário da população e desengavetou muita gente cruel. Muita gente cruel foi desengavetada por esse movimento. Eram pessoas *super-ultra* racistas, pessoas que não reconhecem a humanidade do outro na sua sexualidade, nos seus modos, nos seus trajes, ou seja, no seu existir. Então, a gente precisa e deve se recordar.

E tem uma questão do “dever da memória” porque essa memória foi sistematicamente sabotada. Po exemplo, a Europa construiu museus, monumentos, datas comemorativas para preservar a memória do holocausto. E o que o mundo construiu para preservar a memória da escravidão, do colonialismo, dos genocídios africanos? Em muitos casos, e até mesmo as estátuas dos algozes, como aqui no Brasil, nós temos ruas com nome de general, por exemplo, ainda existe essa questão de nomear com o nome dos poderosos toda uma arquitetura urbana de um país. Então, quando falamos desse “dever da memória” para os africanos, para os negro-brasileiros, estamos a falar de um dever que precisa ser cumprido de forma anti-colonial, contra a corrente, a memória que deveria ser coletiva, ensinada, celebrada. Foi uma memória traumatizada e o que sobra para os jovens? Qual é o imaginário que sobra? Então, nós temos aqui a memória do trauma que paralisa, que envergonha, que pesa e nós temos o esquecimento como a estratégia de sobrevivência, muitas vezes, que pode libertar no curto prazo, mas deixa os jovens ainda sem ter uma espécie de raiz.

Então, precisamos de um caminho e eu acredito que esse caminho, as LAEP tem nos dado um bom caminho de futuro, uma nova forma de pensar essa perspectiva: a memória como uma genealogia de resistência. Não lembrar apenas o que foi feito ao povo africano, mas o que o povo fez apesar de tudo isso: o sistema de conhecimento, as formas de organização, os modos de cuidar, de criar, de resistir, aquilo que existia, o que sobreviveu, o que continua existindo quando um jovem africano aprende que os seus antepassados não eram apenas vítimas, mas levaram a revolução africana. O “dever da memória” deixa de ser aquele peso e passa a ser uma herança, algo que a gente pode carregar com orgulho. E eu acho que as LAEP têm passado aquele orgulho em si. Eu sou uma pessoa apaixonada por ler livros da Lília Momplé, da Paulina Chiziane. Eu fico super emocionada, inclusive me lembro da minha avó. Quando eu me lembro, às vezes choro. Eu me emociono com as personagens. É inusitado pensar como é que o passado e a colonização fizeram a gente ser um povo tão diferente e ao mesmo tempo parecido em muitas coisas. Por exemplo, tem uma senhora no conto da Lília Momplé que parece exatamente a minha avó. Ela só conseguiu ser alfabetizada aos 60 anos. Ela não teve o acesso à educação formal. Saiu da roça e o pai dela não a deixou estudar. Ela tinha que capinar para trazer o dinheiro para casa. E quando ela vai ter o baile dela, o baile de

Celina, eles não deixam porque vai ser um desprestígio para a escola ver que uma menina negra vai se formar lá naquele baile e ela é uma das melhores alunas da sala. Eu me recordei muito do passado da minha avó e eu vejo isso como uma forma de você se lembrar do passado, mas também celebrar o presente. Você celebra a tua resistência através da literatura. A gente é muito parecida. Como a nossa escritora Conceição Evaristo, assim como a Noémia de Sousa para vocês é a mãe dos moçambicanos, a gente tem a conceição Evaristo que é a nossa mãe também. Ou seja, é a mãe das escritoras negro-brasileiras ou das pessoas que querem escrever. E ela fala muito dessas questões de que a nossa escrita, não é para ninar, ela não é uma historinha para dormir, mas é para incomodar o sono injusto. Eu acho essa frase muito crucial e muito pertinente a esse projeto de memória, de lembrar para não esquecer e também para celebrar essa existência, porque afinal, se nós estamos aqui conversando sobre isso, é porque realmente alguém resistiu. É porque existe um laço muito forte entre essas sociedades que nos chamaram. Eu fico bem emocionada, mesmo, quando eu leio.

V. Cambula: Professora Viviane, eu ia agora falar com o Vasco, mas vou só insistir porque tocou aqui num ponto que era a sua próxima questão. Portanto, prefiro que a gente termine isto, uma vez que já falou a maior parte. Eu gostaria que voltasse a repetir um ponto, para abordá-lo com mais profundidade. A minha pergunta baseia-se muito nesta questão de transporte da estigmatização colonial, fazendo com que as pessoas não se sintam bem ou completas. Olhando para as mulheres, não sei se é comum no Brasil, olhando para a parte dos seus estudos que engloba a camada negro-brasileira, mas em Moçambique, Nigéria, e muitos outros países de África, a mulher tem sempre a tendência de clarear o tom da pele, de usar cabelos longos como quem procura se assemelhar a uma mulher branca. Esta atitude tornou, inclusive, a venda de cabelos postiços o negócio do momento e que todas as mulheres, inclusive eu, embora tenha mais consciência sobre a minha identidade agora e me ache mais bonita usando o meu próprio cabelo, procura ter tantas quantas perucas de diferentes tipos para albergar nelas uma identidade fíctícia. A outra questão está relacionada com o acento, o falar. No caso do português, assim como noutras línguas ditas imperialistas, quanto mais a fala se assemelhar à do nativo, parece que a pessoa se sente mais pessoa. E quanto ao tom da pele, há algo ainda mais engraçado. Se a mulher não for clara, então, a sua cor passa a ser por si aceite quando esta se transforma em lucro, como no mundo da moda, e não como uma pessoa com uma complexidade muito grande além da cor.

Conforme disse, a literatura vem mesmo para incomodar o sono que não se deve dormir. E como é que ela atua diretamente nestas negações todas num mundo marcado por um enorme fosso entre o digital que é mais imediato, massivo, apelativo, sedutor e os livros que mesmo trazendo toda esta informação pertinente, vem num ritmo mais lento e muitas vezes esquecidos?

V. Carvalho: Eu vejo que essa questão do padrão, que a gente também tem aqui um padrão de beleza como se existisse um modo do que é o ideal ser..., há essa procura massiva pelo ideal. Você nem precisa ser uma mulher para falar dos padrões de beleza. Pode ser um homem. E se for branco, hetero consegue circular nos espaços de uma forma livre, sem ser questionado. E é muito inusitado no sentido de..., não é inusitado não, é estrutural. Aqui no Brasil, nós temos esse racismo estrutural muito forte e institucional. Eu sou afro-indígena. A parte da minha mãe é negra e a do meu pai é indígena.

O meu pai tem uma pele mais escura do que a minha, só que ele tem o cabelo liso e a minha mãe tem o cabelo crespo, só que ela tem uma pele clara. Por isso, me considero uma mulher afro-indígena e sou da Baía, de um Estado com maior contingente de pessoas negras fora da África. Na capital desse Estado, em Salvador, você vê uma desigualdade desleal e eu era vista como uma mulher clara. Tinha pessoas que me olhavam como mulher branca e eu nunca fui branca. Inclusive, já fui questionada num evento e essas questões me pegaram desde o meu ensino secundário.

As questões da negritude, do racismo..., eu consigo ver tanto no período colonial que existiram os assimilados, e depois tinha também aqueles capatazes, pessoas que eram moçambicanas que ajudaram a RENAMO, por exemplo e dentro da literatura a gente vê muito esses personagens que se odeiam e se alinham com os portugueses para desestabilizar o país. Tem um personagem do *Neighbours* que se chama Romualdo. Ele se odeia, ele tem um ódio pela sua própria cor. E como você se explica esse ódio pela sua própria cor? Porque ideologicamente ele se alinha com os ideias do colonizador e sente tanto nojo do homem moçambicano, do homem negro. Mas, ao se olhar no espelho, ele não consegue ali se identificar. E mesmo o facto de nós termos passado por todas essas questões históricas que atravessaram tanto Moçambique, que é uma história complexa, inclusive a gente estuda, mas conhecendo pessoas moçambicanas, consegue compreender até um pouco mais e consegue ver que essa questão da identidade é ainda muito relacionada ao racismo.

O “não ser” é como se fosse um entre-lugar e isso é muito questionável pela literatura. Eu vejo em *Neighbours* também um personagem que se chama Dupont das Ilhas Maurícias e se casou com uma mulher moçambicana naquela narrativa. Ele se sente incrivelmente superior à sua esposa mesmo que ela seja ativa, com muita elegância e muita classe, embora não tenha estudos. Então, acho que essas complexidades existem e aparecem dentro dos romances. É complexo até para mim falar dessa questão de identidade porque existe uma identidade cultural e existe um movimento pós-moderno em que a gente consegue ver nesses tantos movimentos de globalização, esses espelhos que nos dão.

V. Cambula: Obrigada, professora Viviane, voltamos a falar brevemente. Convido agora o Vasco a retornarmos àquela primeira questão, fazendo uma ponte e divagando mais sobre a questão da educação. Queria que falasse sobre o papel da educação em relação ao que estivemos a falar *a priori*. Falo da educação formal e/ou convencional. Que papel tem a educação na formação da identidade dos alunos enquanto africanos, num mundo em que esses alunos vão se rebar com muitas questões como o racismo, complexos de inferioridade aqui mencionados, que os pode colocar em desvantagem, seja no mercado de trabalho, como em diferentes círculos.

V. Mahumane: A educação, de facto, tem um papel muito importante na construção do homem novo. Obviamente que os objetivos da educação, sobretudo quando falamos de Moçambique, estão associados à alfabetização e algumas formações técnico-profissionais para as pessoas saberem operar máquinas, poderem conhecer um conjunto de elementos que as vai tornar úteis profissionalmente. Mas, essa profissionalização, é importante que esteja associada a um determinado espaço. A forma como o escritor moçambicano se posiciona no mundo não tem de ser igual à forma como um outro escritor de um outro local se posiciona. Porque quando nós vamos ler o que ele pensa e escreve é importante que nos remeta a algum lugar.

Então, é aí onde entra o papel da educação que ainda é muito deficiente. Mas, é através da escola que é o local onde toda a juventude frequenta por período de mais ou menos dezasseis anos, se a memória não me trai, até sair da universidade. Então, estamos a falar de um tempo de construção de um ser humano, que se ele não receber bases que lhe vão guiar tendo em conta a sua identidade enquanto moçambicano, enquanto que africano, vai se perder.

Eu costumo dizer que, um ser humano, ainda que esteja a voar, ainda que esteja a crescer, se ele cresce sem identidade, automaticamente, esse ser humano tem pernas de barro. Facilmente cai. Portanto, a educação precisa, cada vez mais, de criar movimentos que possam fazer com que o estudante consiga se reconhecer enquanto moçambicano, através dos seus valores culturais. E esse papel tem de ser interiorizado, primeiro, no próprio docente, além das matérias que podem ser usadas para a lecionação.

É importante que o próprio docente também carregue bases suficientes para as poder passar para o aluno porque a questão da identidade é muito fundamental sob ponto de vista do crescimento do ser humano, do conhecimento, porque se não reconhecermos a nossa identidade, se sofrermos uma crise de identidade ou se não assumirmos a nossa identidade, há um risco maior de nós não valorizarmos as nossas ideias. Ou seja, ficamos reféns dos *feedbacks* e não conseguimos prestar atenção naquilo que é a nossa intuição e levá-la ao nível de ter um significado comercial ou que agregue algum valor em alguém ou noutros produtos.

Então, nesse sentido, eu penso que a educação tem um papel grande e já faz alguma coisa, ainda que careça de mais ações no sentido de os alunos, sobretudo nas universidades, mas partindo de lá da base porque as universidades simplesmente complementam um processo de doze anos de formação, e que também começa de lá da creche. E eu fico feliz porque quando o meu filho estava a fazer creche já cantava algumas músicas moçambicanas, músicas africanas.

Há uma música dos Gorhwane que é "*dondza wena*" - estude, em português. O meu filho cantou na escola e eu acho importante que a escola inclua temáticas culturais e artísticas que vão remeter os alunos ao aprendizado da sua identidade, para que eles assumam aquilo que é o seu conhecimento, aquilo que são as suas experiências, porque é sobre registar as nossas experiências. Quer dizer, nós vamos fazer um diário, por exemplo, se valorizarmos as nossas experiências. Mas, para isso, precisamos, primeiro, de saber quem somos. A partir do momento que nós sabemos aquilo que somos, passamos para a fase de registarmos aquilo que pensamos. Vai ser numa forma visual, falava-se aqui das pinturas rupestres, acredito que esses nossos ancestrais que faziam isso, em algum momento houve um despertar de valorizar o seu trabalho porque quando fossem à caça traziam resultados para a família e eles precisavam de registar esse legado para ser passado para as próximas gerações. Assim, é a partir de um valorizar aquilo que sou, aquilo que faço, que eu respeito a minha identidade porque fui ensinado que ela tem valor para o mercado e para a minha afirmação. E depois registro. E acredito que a partir daí teremos mais escritores, mais artistas, mais pensadores, cientistas, por aí em diante.

V. Cambula: Muito obrigada, Vasco. Antes de avançar para a próxima questão que trago comigo, gostaria de apresentar a do Zevádio Rofino. Não vou apontar quem deve responder. Portanto, quem se sentir pronto pode avançar.

A pergunta diz: "Ser e não pertencer" - sendo que os fatores da identidade cultural são a língua, a religião, as tradições, a culinária, a história partilhada, os valores/crenças, depois da colonização, como reconstruir a identidade cultural africana num ambiente de influência externa aliada à expansão digital e famigerada globalização.?

J. Cacinda: Bem, essa pergunta recorda-me uma questão que Ungulani Ba Ka Khosa colocou-me num evento em Nairobi, no *Makonde Literary Festival*. Ele aproximou-se para mim e disse: "olha, eu sinto que alguns textos destes miúdos não tem chão". Perguntei-lhe: "porquê?".

Ele disse; "as histórias passam-se muito no primeiro andar, no segundo andar...". E eu disse: "isso é porque o chão destes meninos é o primeiro andar do Alto Maé". Então, esta resposta era um pouco para contextualizar a situação em que cada pessoa se encontra. Eu, por exemplo, fui aos ritos de iniciação, mas não vou condenar quem não foi porque não tinha como tocar os batuques no oitavo andar da Julius Nyerere. Entretanto, vou

partir dessa experiência para que a gente dialogue, para saber que Moçambique é, sim, o oitavo andar da Julius Nyerere, mas que Moçambique é também a aldeia mais recôndita e que estes dois Moçambiques devem permanentemente dialogar para a nossa construção. E acho que para a questão do Zevádio sinto que a cultura já faz muito. Se formos ver, os artistas de várias áreas e falando especificamente da literatura, já fazem esse exercício de construir uma história moçambicana, mas que a tal moçambicanidade não seja uma excessiva procura de algo que foi perdido ou que provavelmente acreditamos que existiu antes da colonização. Por outro lado, que não seja também a procura excessiva de algo que seja totalmente uma cópia da Europa.

Eu acho que o ponto seria o equilíbrio. E a minha questão tem que ver mais com o equilíbrio e compreender que as duas experiências definem aquilo que Moçambique é hoje.

O jovem da 24 de Julho que não sabe falar nenhuma língua moçambicana é tão jovem quanto o da aldeia que não sabe falar a língua portuguesa. Tanto um quanto o outro são tão moçambicanos. Não existe um que é maior que o outro. Os dois devem encontrar uma forma de dialogar para que estas diversas formas de representar e olhar para o Moçambique possam estar permanentemente presentes e não nos basearmos, ou tentarmos procurar uma única forma como se a identidade e a cultura acontecessem de uma única forma.

Nós somos seres humanos e se um olho tem uma graduação diferente do outro, como é que duas pessoas vão pensar, sentir e viver da mesma forma? Seria um pouco isso, mas é claro que é uma pergunta muito ampla e há várias coisas que podem ser pensadas e ditas.

V. Cambula: Zevádio, permita-me sobrepor-me à tua questão porque o Jessemusse trouxe aqui um ponto que eu achei interessante que é a questão do jovem do coração da cidade do Maputo não falar nenhuma língua natural de Moçambique. Em contrapartida, temos o jovem da zona muito recôndita que não fala o português. Entretanto, estes dois jovens precisam de dialogar. Mas a questão que eu quero trazer está muito além deste ponto. A minha questão está em torno da educação bilingue em que nós temos na zona rural, lá onde não se fala português, um jovem privilegiado, diria eu, pelo facto de se levar para a sua zona o português. E que para servir de apoio, ele pode levar para a sala de aulas a sua língua materna. E, por outro lado, temos o jovem da cidade que não fala nenhuma língua natural moçambicana, mas fala muito bem, escreve e conhece muitas nuances do português. Entretanto, não fala nenhuma língua local e não tem este privilégio de ter na sala de aulas a educação bilingue. Como podemos avaliar isto?

J. Cacinda: Para mim isso não constitui nenhum problema. Como disse, tudo tem que ver com as situações onde as pessoas se encontram. Em Moçambique, principalmente as pessoas que vivem no espaço urbano têm a desconfiança com as línguas moçambicanas

porque acreditam que as línguas moçambicanas não são portadoras de conhecimento. Claro, resulta de um desconhecimento que elas têm de pensar que o conhecimento está na língua, enquanto que a língua é um instrumento para a sua transmissão. Mas, são questões que foram construídas pela colonização portuguesa, que fez de tudo para apagar as línguas moçambicanas. Então, nesta situação, apesar de o jovem do meio rural, como disseste, “estar em vantagem por ter duas línguas de ensino”, é duvidável. Na verdade, o jovem da cidade é que se sente privilegiado porque as línguas moçambicanas continuam sem prestígio.

As línguas moçambicanas continuam sem valor. Eu vou dar um exemplo concreto: um gestor de projetos em Moatize não será obrigado a ter um ABC do nyúngwe. Mas, por exemplo, se tivesse um anúncio de vaga referindo que um gestor de projetos em Moatize precisa de falar nyúngwe, terias jovens indo ao Centro de Línguas da UEM para aprenderem as línguas moçambicanas.

Há, para além desta, outras questões que tem que ver com oportunidades e estatutos que a língua moçambicana tem. Neste momento, em Moçambique, se falo português, inglês e francês sou poliglota. Mas se falo português, changana, emakhuwa e nyúngwe, já não sou poliglota. São várias questões que podemos discutir. Tem a ver com o estatuto, com a valorização das línguas moçambicanas e nalgum momento algumas oportunidades passarem a demandar. Uma coisa que eu acho interessante é durante as eleições autárquicas. Você vê o esforço que os políticos fazem para comunicarem nas línguas moçambicanas porque, principalmente no norte de Moçambique, quando o político não fala as línguas moçambicanas tem muita desconfiança por parte da população e há pessoas que perderam as eleições por não falarem as línguas moçambicanas. Em Moçambique, isso tem muito peso. Se tu não falas emakhuwa e te candidatas para presidente do município de Nampula, isso causa alguma desconfiança nas pessoas. Elas não se sentem confortáveis e isso tem influências. Então, imagina o desespero que os políticos de Nampula têm de aprenderem a falar emakhuwa. E se essa prática se replicasse para todos os cantos do país?

V. Carvalho: A língua carrega identidade, memória, mas ela é também uma questão de poder. Então, pelo facto de essas línguas africanas não estarem no idioma oficial, por terem sido sabotadas e suprimidas, não ganham esse estatuto como o Jesse colocou muito bem. Eu acho muito importante essa questão da educação bilingue. Aqui no Brasil, a educação bilingue é levada com muito prestígio e valor quando se pensa no inglês, ou seja, quando se aprende o português com o inglês. Mas, nós gostaríamos também que as línguas indígenas, que foram mais de quinhentas suprimidas pela colonização, essa máquina devastadora, fossem incluídas. E quando se pensa na possibilidade de as resgatar é como se a gente tivesse perdido e que não vai resgatar o início original. É como se fosse uma utopia do resgate. Mas, a gente precisa lembrar do passado para que possa reconstruir. É um reconstruir a partir do que nós temos. Por isso, acho importante que essas línguas estejam na escola, que as pessoas conheçam algum vocabulário e que os professores consigam passar este conhecimento.

Por exemplo, aqui no Brasil temos duas importantíssimas leis que são a Lei 10.639/2003 que refere que obrigatoriamente todas as escolas precisam de ensinar a história africana e afro-brasileira. E, obrigatoriamente, as crianças precisam de aprender a história indígena e as línguas indígenas. Obviamente, nem todas as línguas são estruturadas porque é difícil encontrar pessoas que saibam essas línguas e que estejam na sala de aulas. Mas há o conhecimento que se tem, de um certo vocabulário, da história, da importância da cultura dos povos que estavam aqui quando os colonizadores chegaram e do povo africano que praticamente construiu este país.

Atualmente, para além de pesquisadora, sou também professora e estou na escola do primário e secundário que aqui são fundamental 1 e 2, e vejo muita dificuldade devido esse racismo institucional e estrutural que está muito presente na escola. Se a gente vai falar de línguas, por exemplo, se tem um jargão que anula a outra língua, na língua iorubá, pelo facto de ter aqui o neopentecostalismo, porque a igreja é aqui muito forte, há também um ataque e é preciso fazer todo um processo de conscientização e não é toda a professora que tem esse processo de formação e de conscientização. Temos pessoas bastante conservadoras porque as linguagens africanas estão muito próximas às nossas religiões de matrizes africanas e muitas vezes acaba por haver esses embates.

Eu sou uma professora com um projeto anti-racista dentro da escola e acho muito importante a gente levar livros africanos para as crianças porque isso passa uma consciência de que o nosso país foi construído por muitos braços e esses braços tinham determinadas cores e determinados modos de falar.

V. Mahumane: Bem, talvez eu não daria uma resposta direta sobre a questão do Zevádio. E tem uma outra questão que também não foge muito da temática, que não vou tocar agora só para não me distrair. Vou falar um pouco como comunicador agora, neste caso visual, mas dando uma visão um pouco mais geral sobre a coisa da comunicação, sobretudo relacionado ao posicionamento de marcas.

Eu penso que a questão de usar a identidade cultural para comunicar é, na verdade, uma necessidade porque a nossa identidade vai continuar por si só. Quando nós queremos comunicar com uma certa comunidade precisamos de a conhecer para comunicarmos com ela em perfeitas condições. E daí vão começar as pesquisas. Eu, na qualidade de *designer*, preciso de dados sobre uma determinada comunidade para poder desenvolver uma linguagem que funcione para essa mesma comunidade.

Quando fiz a identidade visual para o festival Mafalala, a ideia foi: ir buscar referências de arquitetura do bairro para desenvolver um conceito visual que a nível semântico pudesse refletir aquilo que é a estrutura do bairro Mafalala, além de outros aspetos culturais que foram lá estudados.

Então, eu penso que qualquer marca que vem para Moçambique, ou que queira comunicar com os moçambicanos, precisa de conhecer a cultura e usar esses gatilhos culturais

para poder gerar emoção e possibilitar a conexão com essa comunidade ou com esse grupo alvo. Ainda que seja um projeto social, é importante que conheça a identidade dessa comunidade e a partir daí encontrar as melhores formas de se comunicar com essa comunidade. Nalgum momento, é crucial usar as referências culturais dessa comunidade para poder encontrar uma proximidade na comunicação.

O Jessemusse falava aqui de um aspeto interessante, também associado à área política e que está relacionada com o que eu estava a dizer, que é: quando um político não conhece uma determinada língua, não é bem visto e pode perder votos. E nós já notamos que os políticos, por mais que não conheçam uma determinada língua, procuram encontrar as palavras-chave por forma que, chegados numa comunidade, usem ao menos uma palavra muito conhecida. Para o caso do Sul de Moçambique temos o *Khanimambo*. E qualquer turista que vem para Moçambique usa muito essa palavra, mesmo que não saiba o ronga. A intenção é criar uma conexão.

Então, a cultura, por si só, vai sobreviver. E vai, também, sobreviver por uma questão de necessidade. Eu tenho um padrão inspirado na cultura material local, este que eu tenho vestido, que tem algumas referências como o pilão. E o pilão vai prevalecer por uma questão de necessidade porque não é todo o país que tem luz. Moe-se o amendoim hoje em dia com máquinas e está tudo bem. Se é bom ou não, isso é outra conversa. A questão é: existem comunidades sem luz e haverá dias sem luz, o que é comum em Moçambique. Há bocado eu não tinha luz. Restabeleceram há pouco tempo, senão não teria conseguido estar nesta conversa. Então, esses meios alternativos que fazem parte da nossa identidade existem porque parte deles responde às nossas necessidades. A cultura responde às nossas necessidades. A nossa forma de ser e estar responde às nossas necessidades.

A capulana continuará a ser usada porque ela responde a alguns valores culturais locais. Então, eu queria, simplesmente, trazer um pouco desses aspetos.

Às vezes não é sobre fazer muito esforço, mas sim responder às nossas necessidades. E, sendo assim, a cultura continua por uma questão de sobrevivência porque é a forma que nós conhecemos de fazer as coisas para continuarmos a existir.

V. Cambula: Obrigada, Vasco. Temos cá uma outra questão do senhor Sampo. Mas, gostaria de acoplar nela uma outra questão que, embora diferente, alinha com esta. Ele diz o seguinte: dado o facto que a taxa de alfabetização seja muito baixa nos países africanos, será que continuar a escrever a literatura africana numa língua do colonizador não ajuda a fazer permanecer a negação da nossa identidade?

E eu tenho também uma pergunta que tem muito que ver com a questão da comunicação ou da seleção da linguagem. O Jesse falava aqui de algumas expressões que são muito moçambicanas. Em Moçambique nós temos uma inovação lexical que tem ganhado muito espaço. Entretanto, há também cunhagens de termos como o “*mulungu*” em Maputo, Gaza e Norte de Inhambane, ou “*tsungu*” no Sul de Inhambane, cujo sentido literal é

homem branco ou mulher branca. No entanto, quando se usam estas expressões é para se referir ao patrão ou patroa, destacando o lugar de subjugação ou estabelecendo esta diferenciação socioeconómica entre o empregado e o seu empregador.

A questão é: embora o termo seja usado por livre arbítrio e muitas vezes numa forma inconsciente, não estaria, esta expressão, a invocar um passado colonial mal resolvido, colocando este mesmo indivíduo na situação de um simples conformado?

Gostaria que respondessem em conjunto as duas questões, que vão ser as últimas da nossa conversa.

J. Cacinda: É uma questão complexa porque, assim como em todas as outras línguas, nas línguas moçambicanas há também empréstimos linguísticos. Mas, no caso específico das moçambicanas, elas foram fazendo empréstimos das línguas europeias e no Norte de Moçambique encontramos várias entradas. Em línguas como swahili, emakhuwa e yao encontramos palavras do alemão por conta da influência alemã no Tanganhica. Temos, também, entradas em várias línguas do Sul e do Centro, de palavras em inglês e em quase todas as línguas moçambicanas temos entradas em língua portuguesa e boa parte dessas palavras foram sendo mencionadas ao longo do tempo.

E aquilo que eu falava de que a colonização, de certa forma, definiu a nossa identidade, quer dizer que foram anos e anos a se associar patrão, chefe, à figura do branco e em várias dessas línguas, a palavra utilizada acabou virando sinónimo. Quer dizer, é patrão, é chefe, é superior hierárquico, é branco, tudo na mesma. Então, são presenças que eu não sei se é possível apagar. Provavelmente, no futuro, se existisse..., ou seja, volto à ideia da arte porque há algumas expressões que se tornam também comum por conta da arte.

No caso moçambicano há até casos *sui generis*. Há expressões que se tornaram comuns por conta da política. Por exemplo, durante as eleições pós-eleitorais o Venâncio Mondlane falhou duas palavras em emakhuwa, mas esses erros foram normalizados e os próprios falantes começaram a usar a versão do Venâncio Mondlane como se fosse certa. As línguas também têm essas dinâmicas. Então, provavelmente amanhã virá um produtor cultural, político ou alguém com uma influência pública que possa usar uma outra expressão, falhar e isso colar no utilizador e ficar assim. Mas, por enquanto, esses sinónimos ficaram e eu acho que o mapa de Moçambique, como falamos no início, é resultado da colonização. A língua oficial que falamos é resultado da colonização. O passaporte que temos é resultado da colonização. Enfim, há uma série de coisas na nossa vida que passaram a ser parte da colonização e nós temos esse desafio de descolonizar. Mas, a grande questão que fica é: o que conseguimos descolonizar por agora e o que podemos descolonizar mais tarde.

V. Carvalho: Eu vejo muito que com essa questão dos empréstimos linguísticos e essa questão de escrever em português as literaturas africanas de língua portuguesa ganharam

um diálogo incrível. Mas, existe, obviamente, uma contradição real. Existe um escritor queniano, o Ngugi wa Thiong’O, ele escreveu na língua dele. Disse que parou de escrever em inglês e passou a escrever na sua língua materna. O Ngugi fala muito sobre essa questão de a língua ser o porta-voz da cultura. A literatura fala muito da questão da libertação, mas usa a língua do colonizador. E isso acaba carregando por si uma contradição que precisa de ser encarada.

Mas, aí tem uma outra questão porque nós temos a Lília Momplé escrevendo em português e ela não escreve em português de Portugal. É um português que carrega a linguagem emakhuwa e eu só sei disso porque fui pesquisar. Eu estou aqui no Brasil e não conseguiria por outros meios, obviamente, entender essa linguagem se ela tivesse sido escrita de uma outra forma. Isso é o que Conceição Evaristo chama de inserção do seu corpo, da vivência da mulher negra na literatura, a escrevivência. Que é escrever a partir do que ela guardou, do que ela viveu. É uma língua sempre insurgente. Não é mais aquela língua lá de Portugal. É igual à nossa brasileira porque nós temos muitos empréstimos e muita intervenção.

V. Mahumane: Bem, eu penso que se falou o essencial. Agora, uma coisa que eu penso que é preciso ter em conta é que não pode ser uma luta muito gigante no sentido de acharmos que o mundo que não é supostamente nosso não é nossa cultura, porque há sempre esta salada de receber outros valores e outros saberes para nos fazermos. Ainda que não tivéssemos sido colonizados, acredito que há muitos valores que podem influenciar a nossa construção enquanto seres humanos, tendo em conta o desenvolvimento acelerado da comunicação. Mesmo a nossa cultura material local vai sofrendo novas dinâmicas. Hoje em dia quando se fala de panela em Moçambique, isso pode insinuar vários significados. Fora a ser um utensílio de cozinha, a panela tornou-se um elemento de manifestação. Lembremo-nos que no ano passado, no Maputo e arredores, a panela foi usada para manifestar. Então, ela agregou um outro significado. Agora, o significado será atribuído em circunstâncias do uso da panela. Então, a partir do momento que uso um material de fora, como a tinta, para conceber um artefacto, há automaticamente empréstimo de um significado externo. Quando uso o telemóvel para escrever, não tenho ali uma identidade caligráfica. Só quando escrevo com a mão, aí posso ter alguma referência do que sou. E isso faz parte da nossa construção enquanto cultura e identidade. E quando falo de identidade refiro-me, também, ao que estamos vivendo porque há valores culturais não usados atualmente que podemos usá-los de uma forma simbólica. Falo, por exemplo, das máscaras ou tatuagens makondes que por causa dos Direitos Humanos essas práticas foram reduzindo. Mas podemos sempre carregá-las na arte como memórias e referências para comunicar.

V. Cambula: Quero agradecer aos painelistas, Vasco, Viviane e Jessemusse. Agradeço, também, à plateia pela vossa presença e pelas questões profundas que fizeram deste debate ainda mais enriquecedor. O tema é vasto e não termina aqui. Quem sabe, numa próxima ocasião prolongamos ainda mais esta conversa.



A Diáspora - uma casa imprevisível

Viver na diáspora é, de longe, uma experiência alucinante. Entretanto, ela carrega consigo inúmeros desafios, sobretudo para quem viaja em busca de um canudo. A condição diaspórica convoca solidão, temperaturas diferentes, saudade, choques gastronómicos e culturais, além das barreiras linguísticas que se impõem no quotidiano.

Homens e mulheres atravessam estes desafios.

Muitos estudantes - especialmente aqueles que não usufruem de bolsas — precisam trabalhar para tornar o sonho possível, enfrentando rendas elevadíssimas, custos de alimentação, investimento escolar e, quando possível, algum espaço para lazer. Em conversas com várias estudantes, percebemos medos, frustrações, decepções, depressões e até desistências.

Foi no intuito de acolher, apoiar, conectar e prestar primeiros socorros em saúde mental - orientando, sempre que necessário, para ajuda profissional - que surgiu a comunidade *DESAPERTAR A TESE - LEITURAS QUE SALVAM*.

Por agora, o projeto apoia raparigas estudantes e aspirantes a estudar na diáspora portuguesa, oferecendo um espaço seguro de partilha, escuta e fortalecimento. Se estás na diáspora portuguesa - ou prestes a embarcar - este espaço é para ti.

Segue-nos no Instagram e junta-te à próxima edição. Há lugar para ti.

https://www.instagram.com/desapertar_a_tese?igsh=bTdlbWh4ODg0dTY1&utm_source=qr



Imagem da 1ª edição



Imagem da 2ª edição

Linhas de apoio em Portugal

LINHA DE EMERGÊNCIA NACIONAL - 112

DESAPERTAR A TESE - 912828193

LINHA SNS 24 - 808 24 24 24

URGÊNCIA DE PSIQUIATRIA - Hospitais da região

LINHA DE PREVENÇÃO DO SUICÍDIO E APOIO PSICOLÓGICO - 1411 +

LINHA SOS VOZ AMIGA - 213544545 / 912802669 / 963524660 (15h30 - 00h30)

SOS Estudante - 239484020 / 969554545i / 915246060 (20h-1h)

LUA - LINHA DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO - 800 208 448

U.ÉVORA - DIAE [Edf. Santo Agostinho - Serviços Académicos]



WOMAN VIP

Comemorou a sua 15^a edição



Através de ideias “pequenas” — pequenas apenas na forma, — que fazem parte do quotidiano de cada pessoa, estas mulheres transformam as suas próprias vidas.

Desde a primeira edição, o Woman Vip tem desenvolvido quatro pilares: nutrição consciente, 10 minutos diários de atividade física, leituras e meditações que reconfiguram a mente.

É deste quarteto simples, estruturado e poderoso que surgem estas mulheres extraordinárias. A cada ciclo de 90 dias, cada participante desafia-se a sair do piloto automático e a assumir responsabilidade pela vida que deseja construir. Mais do que mentoria, o Woman Vip é um movimento de crescimento, consciência e superação.

Aqui, as mulheres reencontram a autoestima, fortalecem a confiança, aprendem a comunicar-se melhor e criam novos hábitos saudáveis.

Sob liderança de Marlene Mendes, mentora e fundadora do movimento, o Woman Vip tornou-se uma comunidade que une mulheres de diferentes idades, histórias e países. Sediado em Lisboa, Rua Dr. Jaime Cortesão 6, o movimento atinge, hoje, mais de 14 países através de encontros, mentorias, eventos e experiências transformadoras. O mais curioso é que apesar de ser um espaço criado para mulheres, nenhuma das suas atividades exclui os homens.

Explore mais sobre o Movimento em [@eusoumarlenemendes](https://www.instagram.com/eusoumarlenemendes) (instagram).



Workshop: Artivismo

Artivismo: o uso da arte literária como um instrumento de engajamento cívico de jovens na construção de comunidades sustentáveis

Período: 10 a 19 de Maio

Local: Câmara de Comércio Portugal-Moçambique, Lisboa

Coorganizadores: Associação Juvenil para a Promoção da Educação e Desenvolvimento Comunitário de Tete e Câmara de Comércio Portugal-Moçambique

Contextualização

Este é um programa artístico pedagógico que visa a abordagem do papel do uso da arte literária para a implementação do artivismo, isto é, para o engajamento cívico dos cidadãos em iniciativas de cidadania inseridas na pretensão fulcral de construir comunidades sustentáveis. Pretende-se criar uma oportunidade de reflexão em torno das estratégias que os escritores e docentes de literatura ou de línguas podem implementar para usar a literatura como um instrumento social para o engajamento cívico dos jovens em iniciativas de cidadania na construção de comunidades sustentáveis caracterizadas pela paz, desenvolvimento social e económico, igualdade de género, inclusão social, tolerância, diálogo inter-geracional.

Objetivos

- Usar a arte literária com um instrumento de ativismo social para a resolução dos problemas comunitários;
- Usar a arte literária como um instrumento de engajamento cívico dos cidadãos na construção de comunidades sustentáveis;
- Usar a arte literária como um instrumento de inclusão social das comunidades desprivilegiadas; e
- Usar a arte literária como um instrumento



de reflexão sobre aspetos sociais, culturais, económicos e políticos que determinam o engajamento dos cidadãos em iniciativas cidadãs conducentes à construção de comunidades sustentáveis.

Participantes

O evento vai reunir escritores, docentes e estudantes de literatura e de línguas e representantes de instituições culturais. Serão planificadas e conduzidas atividades como debates, elaboração, apresentação de projetos artísticos e exposições com vista à discussão de estratégias de uso da arte literária como um instrumento de ativismo social para a resolução dos problemas comunitários, do papel da arte literária como um instrumento de engajamento cívico dos cidadãos na construção de comunidades sustentáveis e de inclusão social das comunidades desprivilegiadas.

Do ponto de vista de criação artística, serão discutidas as estratégias de produção literária incentivando o raio de uma reflexão sobre os aspetos sociais, culturais, económicos e políticos que determinam o engajamento dos cidadãos em iniciativas cidadãs conducentes à construção de comunidades sustentáveis.

Em termos conteudísticos, o presente programa abarcará os seguintes temas: (i) princípios do ativismo, (ii) a literatura e a cidadania, (iii) estratégias de engajamento cívico a partir da literatura, (iv) a arte e a construção de comunidades sustentáveis.

Resultados esperados

1. Internacionalização da cultura moçambicana através da identificação dos preceitos epistemológicos e dos valores que podem ser usados no ativismo literário;
2. Criação de uma plataforma artística de partilha de conhecimento sobre o ativismo literário entre escritores, estudantes e docentes de literatura e línguas no espaço lusófono;
3. Desenho colaborativo de seis (6) projetos de ativismo literário com vista ao engajamento de cidadãos em iniciativas de cidadania no espaço lusófono;
4. Fomento de produção literária baseada em princípios de ativismo;
5. Produção de um documento orientador que possa ser usado em outras atividades artísticas e culturais inseridas no ativismo literário.

Síntese das apresentações

A proposta que o Ativismo apresentou reacendeu a convicção de que a leitura, quando pensada com intencionalidade, é bastante transformadora.

Destacam-se, entre tantos, alguns pontos reflexivos:

1. Responsabilidade autoral — se cada escritor realizasse uma reflexão séria sobre os efeitos que os seus textos produzem ou deixam de produzir nos leitores, talvez estivéssemos mais próximos de uma sociedade sustentável, crítica e emocionalmente mais preparada.
2. Sociedade leitora — uma sociedade que lê é uma sociedade que tem, à partida, muitos dos seus desafios estruturais encaminhados.



3. Origem do leitor — quase todos os leitores que encontramos fora da sala de aula iniciaram o seu percurso precisamente dentro dela. A escola continua a ser o berço da curiosidade leitora.



4. Intencionalidade da recomendação - toda a leitura sugerida deve ter um propósito claro, pedagógico, emocional ou crítico. Recomendar por recomendar é desperdiçar a potência da leitura.

5. A capa como primeira página - a leitura de um livro não começa na primeira página. Começa na capa, que é a porta de entrada simbólica e estética. Ignorá-la é saltar a parte que pode despertar, ou não, o desejo de ler.

6. Ensino da leitura vs. educação literária - professores precisam distinguir o ensino da leitura do processo mais amplo de educação literária.

Ler é uma competência; educar para ler é uma responsabilidade ética e social.

O ativismo convoca todas as pessoas interessadas em apoiar a sustentabilidade juvenil nas comunidades moçambicanas a associar-se a este compromisso coletivo.



Sabias
que...

Vícios na gestação: uma condenação futura



Cíntya Vilanculos

Estudante de medicina na ULisboa

Durante a gravidez, os bebês que estão expostos a substâncias prejudiciais como: álcool, tabaco, cannabis, cocaína, opióides entre outros, podem apresentar abstinência neonatal, mal formações congênitas, baixo peso ao nascer e até casos de morte súbita infantil, principalmente por álcool?

Destacando a questão da abstinência, esta é um conjunto de sintomas que um indivíduo sente quando para de estar exposto a uma certa adição de forma crônica e, sim, um bebê pode possuir essa síndrome.

Existem vários exemplos. Vamos destacar o de uma mulher que fuma cannabis durante a gravidez. Não existe uma dose segura conhecida de cannabis durante a gravidez, o tetraidrocanabinol, um dos principais componentes ativos do cannabis tem a capacidade de atravessar a placenta (órgão que permite a comunicação direta entre a mãe e o bebê, durante a gravidez) e

acumular-se no leite materno.

Recém nascidos expostos a cannabis durante a gravidez podem, ao nascer, ter as seguintes sintomatologias: tremores aumentados e padrões de sono alterados. No caso de opióides, as sintomatologias que se podem observar são: choro excessivo, dificuldade de sucção, ganho de peso muito lento, problemas respiratórios, febre, diarreia e vômito.

Cada substância prejudicial vai ter o seu mecanismo de ação e algumas, infelizmente, as mais frequentes na nossa sociedade, terão um potencial muito elevado de prejudicar a saúde do bebê e da mãe.

Às vezes, distanciamos as consequências que um mal pode fazer. Mas, mais tarde ou cedo elas chegam, podendo, em casos mais extremos, ser fatais.



A viuvez da mulher em Moçambique



Ginaida Ribeiro

Psicóloga

A morte de qualquer indivíduo é a única certeza de um acontecimento que existe e que não depende de quem quer que seja. Por mais que tentemos travá-la, ela chega. A morte representa a certeza absoluta que aguarda cada um de nós. Na sociedade moçambicana, a maioria das famílias, principalmente as que se encontram em situação de pobreza, quando perdem um ente querido homem já casado ou a viver em união de facto, não aceita este acontecimento natural e culpa sempre a mulher com quem o finado coabitou.

Se este homem tiver sido o garante do sustento da família em geral, a mulher carrega ainda um julgamento maior: o de ter abdicado da sua responsabilidade de garantir que o seu marido não percesse.

A família não se importa, mesmo sabendo e tendo acompanhado como este homem veio a perder a vida. Culpam a mulher, julgam-na e discriminam-na, esquecendo-se do momento sensível que ela vive.

O luto é sempre um processo difícil, e a sua superação varia de pessoa para pessoa e dos cuidados que esta mesma pessoa recebe.

Assiste-se, no dia a dia e nas vivências sociais, incluindo órgãos de comunicação social e redes sociais, a vários casos de mulheres cujo sofrimento é exposto internacionalmente. São culpadas, discriminadas, julgadas e escorraçadas das suas próprias casas, onde viveram outrora com os seus maridos. São acusadas de os terem matado, mesmo quando cuidaram deles até ao último suspiro.

Lamentavelmente, esta situação ocorre sob olhar de quem deveria dar o suporte necessário: proteger, oferecer acompanhamento psicológico, denunciar situações de violência psicológica, entre outros. Todavia, são muitas vezes os primeiros a convocar a imprensa para mostrar ao mundo o sofrimento de uma mulher em luto que se encontra em conflito com a família do seu cônjuge.

Assim, convoca-se as mulheres a cuidarem da sua saúde mental como rotina, para que saibam lidar com este tipo de problema. É preciso perceberem que a resiliência — uma grande qualidade associada à saúde mental — precisa de ser cultivada todos os dias para prevalecerem em circunstâncias de género.

É igualmente necessário capacitarem-se para desenvolver inteligência emocional e procurar ter uma fonte de renda, o que contribui para a independência financeira,

permitindo enfrentar estas situações de cabeça erguida e sem manipulação dos demais.

A inteligência emocional permitirá que a mulher reivindique os seus direitos sem recorrer à violência, e este ponto pode ser aprendido em palestras e workshops. É preciso participar e aprender sempre.

E, não menos importante, a mulher não se deve esquecer de si por estar num lar. Nunca deve perder a sua identidade. Deve ser a sua própria prioridade, estar atenta às atitudes e comportamentos das pessoas ao seu redor e buscar ajuda através de aconselhamento e orientação psicológica.

IDOSA VIÚVA ACUSA ENTEADOS DE TENTAREM VENDER A SUA CASA (reportagem da TV Sucesso)



Imagem: TV Sucesso- Moçambique

Casos semelhantes aos referidos pela psicóloga Ginaida Ribeiro, foi reportado pela TV Sucesso de Moçambique revelando a vulnerabilidade de muitas viúvas perante disputas sucessórias. Neste episódio, uma idosa denuncia que os enteados tentam vender a casa onde vive, alegando que ela própria a construiu e que criou os jovens com dedicação.

Um dos enteados, porém, sustenta que o

imóvel pertence ao pai e que existe uma decisão judicial que determina a venda, atribuindo à viúva apenas metade do valor. O conflito expõe a tensão entre memória afetiva, contributo material e interpretação legal, refletindo um padrão recorrente de litígios familiares que colocam em risco o último espaço de pertença de muitas mulheres em Moçambique.

Em muitos destes casos, há ainda um impacto adicional que raramente é considerado: algumas viúvas têm menores a seu cargo, e os conflitos sucessórios acabam por sacrificar o futuro desses filhos. Quando a casa se torna objeto de disputa, estes menores perdem não apenas um espaço físico, mas também o contacto com as raízes e as memórias que são fundamentais para a formação da sua identidade. A sucessão de perdas — primeiro do pai, depois do lugar que guardava as referências da vida familiar — gera incompreensão e insegurança, criando traumas que se manifestam na forma como estes jovens passam a relacionar-se com o mundo, com a família e consigo próprios. A instabilidade habitacional, somada ao luto, compromete o seu desenvolvimento emocional e educativo, ampliando um ciclo de vulnerabilidade que poderia ser evitado com mecanismos de proteção mais sólidos.

Garantir apoio jurídico é essencial, mas insuficiente. O acesso a acompanhamento psicológico, redes comunitárias de proteção e espaços de escuta segura torna-se vital para que estas mulheres não enfrentem o conflito apenas como um processo legal, mas como uma travessia humana que exige amparo, estabilidade emocional e reconhecimento da sua dignidade.

Não se distraiam jovens!



Arnaldo Dias

*Estudante de eng. eletrônica na
UEM- Moçambique;
explicador de física, matemática
e química*

O mundo em que vivemos foi desenhado para disputar a sua atenção a cada segundo. Notificações, vídeos curtos, tendências passageiras, ou seja, tudo parece urgente, tudo parece interessante, tudo é influência. Mas que influência?

A verdade é uma e única companheiros: cada um controla a própria atenção, o próprio futuro.

Cada minuto perdido em distrações sem propósito é um minuto a menos investido em construir aquilo que é a nossa imagem. Enquanto muitos se deixam levar pelo fluxo fácil do entretenimento constante, poucos escolhem o caminho da disciplina, do foco e do crescimento. E são esses poucos que, mais tarde, colhem resultados diferentes.

Isso não significa abandonar o lazer ou viver sob pressão. Significa escolher com consciência. Significa saber quando parar, quando desligar, quando dizer “isso não me acrescenta”, porque o tempo que vocês têm agora, com energia, curiosidade e possibilidade, é um recurso precioso que, sendo desperdiçado, não volta.

Perguntem-se: o que faço hoje que me aproxima ou me afasta dos meus objetivos? Realmente construo um nome ou apenas afundo mais tantos metros abaixo da terra? Estou a evoluir ou apenas queimo o tempo?

Grandes sonhos exigem atenção direcionada. Talento ajuda, sorte pode aparecer, mas sem foco, nada se sustenta. A disciplina de hoje é a liberdade de amanhã.

Então, pessoal, estamos num mundo de concorrência, de investigação, de criação, de aparecimento de novos cientistas. Não se distraiam. Nem tudo que chama atenção merece a vossa.

Aprendam a escolher onde colocar a vossa mente, porque é aí que a vossa vida será construída. É tarefa de todos contribuímos para o crescimento de um futuro sustentável.

O feminismo afasta os homens?



Aventina Langa

Professora de francês

Desde a antiguidade, a relação entre homem e mulher tem mostrado aspetos ligados à natureza e à definição de cada género — definição essa que nos remete aos paradigmas da sociedade e da cultura em que estamos inseridos.

O feminismo, essa luta social constante pelos direitos civis iguais entre homens e mulheres nos diferentes aspetos, como o político, o jurídico e o social, tem levantado grandes debates.

A relação e a vivência entre os géneros têm mostrado que a mulher não se limita a existir e a enquadrar-se nos conceitos pré-definidos por diversos organismos, sejam de carácter social, político, religioso ou outros. A mulher questiona o seu valor, não apenas como mulher, mas como ser, como indivíduo. E este questionamento está longe de se definir como uma causa mulher versus homem.

Este fenómeno pode ser definido por feminismo? E o feminismo afasta os homens?

Se, por um lado, os homens argumentam que o feminismo remete a uma “competição” com o homem, por outro lado, a mulher vivencia, por si, a sua liberdade de pensamento crítico, financeiro e emocional.

O feminismo pode afastar os homens? Pode, sim — mas apenas o homem que não tem a capacidade de compreender e aceitar a mulher nos diversos domínios da sociedade civil. Assim, o afastamento não resulta do feminismo em si, mas da resistência de alguns homens cuja educação patriarcal entra em conflito com a igualdade que o movimento reivindica.

As diferenças de natureza biológica não devem ser o ponto de abordagem no feminismo. Não somos idênticos; não temos a mesma força muscular que os homens. Infelizmente, temos ouvido citações pouco dignas de serem repetidas, segundo as quais as mulheres deveriam ter a mesma estrutura física para adquirir e conquistar os mesmos direitos que os homens.

Em conclusão, o feminismo não tira direitos aos homens; procura, sim, lutar pelos mesmos direitos. E, deste modo, não afasta os homens que têm noção e compreensão analítica da igualdade social, religiosa, política e educacional das mulheres.

Memória para 14 bustos

O Jardim Botânico Tropical de Belém acolheu de 17 à 28 de maio, festivais em memória aos 14 bustos representativos dos ancestrais que viveram naquele local: um projeto de Márcio Carvalho.



17 Maio
15h Inauguração da obra *Memórias para 14 Bustos* de Márcio Carvalho
16h Cerimónia do Coletivo Tributo aos Ancestrais PT

22 Maio
18h Abertura / Apresentação
19h Fado Dançado, Associação Batoto Yetu

27 Maio
10h30 Programação educativa com Márcio Carvalho, com a colaboração do serviço educativo do Padrão dos Descobrimentos
15h Programação educativa com Márcio Carvalho

28 Maio
18h Seminário
A arte colonialista faz mal à vista
com Ângela Ferreira, Elsa Peralta, Hugo Nóbrega e Márcio Carvalho (*Muhnac)

Memórias para 14 bustos

Universidade | Jardim Botânico de Lisboa | Tropical
17.05 / 28.05.2026
Largo dos Jerónimos, Belém, Lisboa

U LISBOA Apoio **dgARTES** DIREÇÃO GERAL DAS ARTES

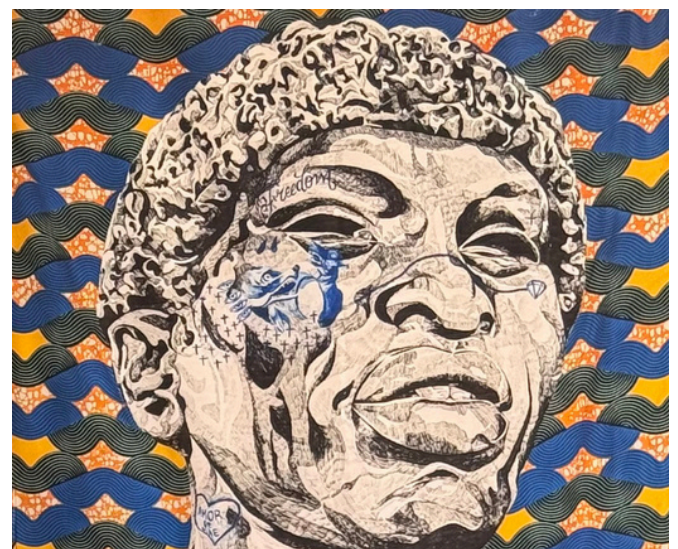
Esta é a primeira cerimónia memorial dedicada às cerca de 150 pessoas africanas que foram instaladas e exibidas naquele espaço durante a época colonial, reinscrevendo as suas histórias no presente e reconhecendo a sua presença forçada naquele território.

A cerimónia de abertura ficou a cargo do Coletivo Tributo aos Ancestrais PT, que tem desenvolvido ações de memória, reparação simbólica e valorização das presenças africanas silenciadas na história portuguesa colonial. Entre rituais e tradições foram homenageados cerca de



150 homens e mulheres trazidos das suas origens e ali albergadas em situações consideradas desumanas.

Foi, igualmente, prestada uma homenagem às crianças que ali nasceram e morreram. Neste grupo, destacam-se moçambicanos, angolanos, cabo-verdianos e guineenses.



“O Jardim Botânico Tropical relaciona-se com a propaganda do Estado Novo, em particular a Exposição do Mundo Português de 1940. O Jardim foi um importante polo da Exposição -- a Seção Colonial -- que incluiu, entre outros um '**zoo humano**' [...].”

Fonte: ULisboa - Museu Nacional de História Natural e da Ciência

Mais do que uma cerimônia, este tributo reafirma o imperativo ético do “dever da memória” e inaugura um ciclo de reconhecimento histórico que se deseja contínuo — um gesto que também convoca a interrogação rigorosa das ausências, dos silêncios e das responsabilidades que persistem.

Ao evocar os africanos e asiáticos expostos no chamado "zoo humano", este ato restitui humanidade onde o olhar colonial a negou, reinscreve dignidade onde o espetáculo a violentou e confronta a verdade com a sua própria história, tantas vezes omitida. É um tributo que, mais do que reparar simbolicamente o passado, procura inspirar compromissos públicos de justiça, educação e memória, abrindo espaço para práticas institucionais que consolidem uma cultura de reconhecimento.

O evento, conduzido pelo representante do Coletivo Tributo aos Ancestrais PT, Aristóteles Kandimba, contou com a presença de diferentes individualidades dentre as quais, a diretora do MUHNAC (Museu Nacional de História Natural e da Ciência), em Lisboa, a museóloga e investigadora Marta C. Lourenço, oradores e artistas: Lameck Macaba, Ana Mukongo, Iris de Brito, Vandy Cambula, Cintya Vilanculos, Manuel L. dos Santos e Yussef.



O Coletivo Tributo aos Ancestrais PT prestará tributo aos ancestrais do Vale da Gafaria



A realização de um tributo público dedicado a estes ancestrais, organizado pelo Coletivo Tributo aos Ancestrais PT, integra-se num movimento contemporâneo de reconhecimento histórico e de construção de memória pública sobre o papel de Portugal no sistema Atlântico de escravização. O coletivo assume a coordenação conceptual e programática do evento.

No mesmo período, será realizada uma deslocação à Coimbra, onde se encontram as ossadas, e terá lugar uma apresentação especializada sobre esse acervo, conduzida pela Dra. Vicky Oelze, investigadora sediada na Califórnia. Após a cerimónia, deslocar-se-á à Lagos, no dia 27 de Julho, para uma cerimónia alinhada ao espírito deste tributo.

O Vale da Gafaria, em Lagos, constitui um dos sítios arqueológicos mais relevantes para o estudo da escravização africana na Europa moderna. As escavações realizadas em 2009 identificaram 158 indivíduos de origem africana, depositados num contexto de descarte urbano datado dos séculos XV e XVI.

A análise osteológica e genética conduzida por equipas da Universidade de Coimbra e de instituições internacionais confirmou tratar-se do maior conjunto de restos mortais de pessoas escravizadas encontrado até ao momento em território europeu.

Dia mundial da língua portuguesa

Instituto Adonai, em Odivelas, organiza o evento *Português Vivo* para celebrar o dia mundial da língua portuguesa, assinalado no dia 5 de maio.

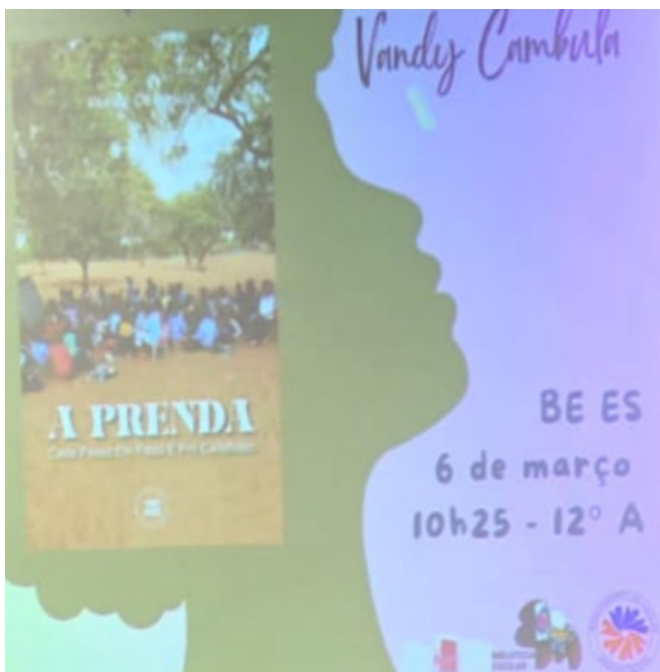
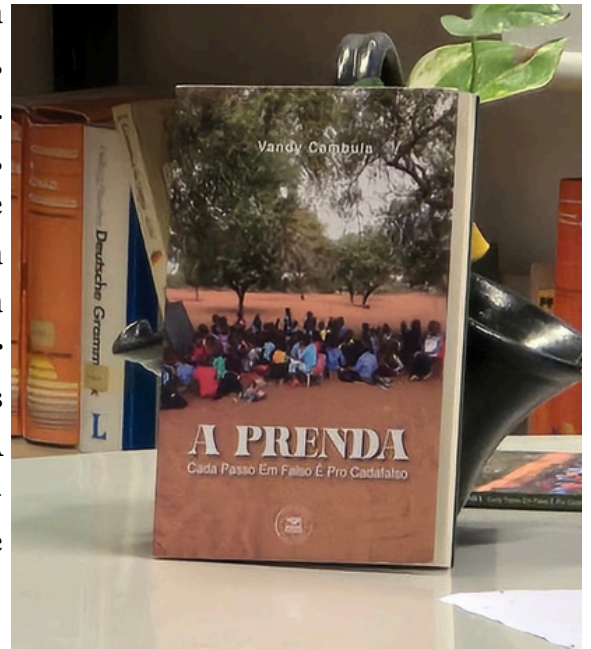


O evento, que começou como uma feira onde produtos e talentos foram apresentados em formato de *pitch*, culminou com diversas performances em palco, incluindo música, poesia, discursos e outras intervenções artísticas. Nesta celebração, criou-se um ambiente de partilha e celebração que articulou criatividade, empreendedorismo e expressão cultural, reforçando as variedades do português como um espaço de encontros, diálogo e construção coletiva.



A Prenda- Cada Passo em Falso é Pro Cadafalso

Em ocasião do Dia Internacional da Mulher, A Prenda foi “desembrulhada” nos dias 6 e 11 de março de 2026, na Biblioteca da Escola Secundária de Vendas Novas. Nesses encontros, a autora, Vandy Cambula, estruturou o seu discurso a partir de estudos que analisam a obra como ferramenta pedagógica para a construção de pontes interculturais no contexto da sala de aula. Em representação da mulher moçambicana retratada na obra, a autora recorreu às capulanas — uma das peças simbólicas centrais de A Prenda, para aprofundar a tríade mulher-educação-cultura, eixo conceptual que atravessa a narrativa e orienta a reflexão crítica proposta aos estudantes.



A obra literária em análise aborda questões de género através de personagens femininas que enfrentam desigualdade, expectativas sociais e diferentes formas de opressão, bem como através de uma narradora que encontra na educação um espaço de resistência e emancipação.

Esta dimensão narrativa convida o leitor a refletir sobre como os papéis de género são construídos e negociados nesta cultura específica, revelando tensões entre tradição, modernidade e agência feminina, tal como demonstram estudos sobre narrativas culturais moçambicanas que evidenciam a forma como estas moldam relações de poder e identidades de género, [...] atribuindo-lhes “papéis “tradicionais”, identidades e responsabilidades [...]” (Braço, 2023, p. 260).

No caso desta obra literária, destaca-se uma tríade fundamental: mulher - cultura - educação, em que a mulher surge como mediadora do diálogo entre os outros dois elementos, como se ambos discutissem mutuamente a interferência que exercem um sobre o outro. A cultura, enquanto estrutura normativa e simbólica, questiona o papel da educação na vida da rapariga, sobretudo porque, tradicionalmente, esta mulher deveria caminhar sobre o “pano” cultural sem questionamentos.

Contudo, na contemporaneidade, segundo as perspectivas de Beauvoir e Bourdieu analisadas por Lima et al. (2024) e Caballero (2016), esta mulher impõe-se, interroga a cultura e reivindica agência, contrariando a expectativa de submissão que historicamente lhe foi atribuída ao evidenciar como a dominação simbólica molda e limita o seu lugar social. Por sua vez, a educação apresenta-se como força transformadora, afirmando-se como complemento daquilo que a cultura, por si só, não consegue elevar. A cultura, embora rica e estruturante, não se comunica automaticamente com outros povos; já a educação funciona como veículo que ultrapassa limites locais, permitindo que essa cultura se torne visível e reconhecida além-fronteiras.

Esta articulação entre educação e cultura, mediada pela mulher, reforça a ideia de que a identidade é simultaneamente moldada por fatores culturais e construída através de processos de autoafirmação e reflexão crítica, como referido por Napido (2020) no seu estudo sobre a consolidação da literatura moçambicana.

Numa das intervenções realizadas pela autora da obra, trabalhou-se a metáfora da capulana como “cultura moçambicana” por ser elemento central e representativo da mulher na obra. Considerando a circunstância e o espaço desta palestra, a educação aparece como o elo deste diálogo entre a cultura moçambicana representada pela presença da capulana e o grupo de presentes que pertenciam a outras culturas, permitindo a sua visibilidade enquanto símbolo identitário da mulher moçambicana que, embora representando

uma herança passada de mães para filhas, “na contemporaneidade, ela transcendeu o seu uso tradicional e tornou-se um elemento central na moda e estilo de vida, cujas potencialidades são exploradas por diferentes designers locais, utilizando-a em criações que dialogam com tendências globais, mas que ainda mantém os valores culturais e sociais” (Vasco, 2024, pp. 2-3) que esta representa. Neste contexto, a capulana foi apresentada nas suas múltiplas funções quotidianas enquanto peça de vestuário, esteira para acomodação, toalha de banho, chapéu de sol, toalha de mesa, cortina, lençol, suporte para transportar uma criança ao colo, tecido para confeção de diferentes objetos ou elementos artísticos, saco para carregar culturas agrícolas às costas, revelando a sua versatilidade e centralidade na vida social.



A diversidade de usos atribuídos à capulana marcou um espaço de contacto intercultural, no qual cada presente se apropriou do objeto de acordo com a sua própria experiência e/ou imaginário.



Este processo rompeu com a ideia de posse exclusiva da cultura e evidenciou o papel da educação como mediadora simbólica, promotora de diálogo e facilitadora da circulação cultural. Ao mesmo tempo, tornou visível que a mulher representada na obra, por uma rapariga de 14 anos, embora moldada por fatores culturais e tradicionais, partilha uma característica comum a muitas outras mulheres, incluindo as alunas envolvidas no estudo, ainda que este também integre participantes do sexo masculino: a busca pela autoafirmação e pela construção de uma identidade própria, que se aproxima ou se distancia das crenças e práticas pré-estabelecidas.

Não obstante, esta literatura atravessa fronteiras culturais e abre espaço de reflexão em contextos distintos, neste caso, no espaço educativo português, contribuindo para o desenvolvimento de consciência crítica e agência individual.

Estes aspetos são amplamente reforçados no currículo português, que enfatiza a formação de cidadãos independentes, reflexivos e capazes de questionar num espaço global marcado pela diversidade e pela interdependência (PASEO, 2017; AE, 2018).

Numa das turmas do 12º ano, onde foram estudados diferentes tipos de mulheres como a D. Ana Josefa da Áustria, mulher do rei D. João V, o Magnânimo, personagem da obra literária *Memorial do Convento* de José Saramago; a mulher do Batola do conto *Sempre é uma Companhia*, desenvolveu-se uma atividade de produção textual denominada texto de opinião cujos resultados revelaram semelhanças entre estas figuras e as mulheres desta obra, no que se refere aos papéis políticos e sociais que lhes são atribuídos. Entretanto, destacou-se, também, uma distinção no que concerne ao olhar cultural que as molda. Embora pertençam a culturas distintas, revelam convergências profundas na forma como a literatura lhes atribui funções simbólicas e políticas, semelhanças estas que atravessam tempos e geografias.



O que significa “Agora Inês é morta”?



O ditado popular “agora Inês é morta”, veio de uma história, no mínimo, estranha que, de fato, aconteceu. Sim, a morte existiu de verdade, tendo origem em Portugal entre os anos de 1323 e 1355.

O provérbio, hoje, é usado quando queremos dizer que **uma situação é irreversível**.

Fonte: Aventuras na História

Razões da morte de Inês de Castro

Uma paixão proibida entre Inês de Castro (castelhana) e o infante D. Pedro levam a uma decisão macabra por parte do rei D. Afonso V para evitar a consumação desse ato.

Orientados pelo rei, os carrascos, levam a Inês para a consumação do ato de morte. Com quatro filhos legítimos do D. Pedro, ela suplica ao sogro que pelo menos tivesse piedade dos meninos e que não os deixasse órfãos de mãe.

Embora comovido, D. Afonso, pressionado pelo povo, não consegue voltar atrás e manda executá-la. Daí a expressão: agora Inês é morta. Ou seja, **não tem volta**.

Qual é o oposto de *Diabo*?

Diabo: uma expressão usada para representar a mais “suprema personificação do mal e inimigo mortal de Deus” (Dicionário Ilustrado do Conhecimento Essencial – Reader’s Digest, 1996), tem a sua etimologia grega que, no judaísmo, corresponde a satã – “aquele que separa” ou “adversário” em hebraico. No cristianismo, o termo diabo foi adotado do grego e depois do latim antigo *diábolos*, cujo prefixo *dia* significa “separar” ou “afastar”, tal como em palavras como diafragma, diapositivo, entre outras.

A expressão seguinte, *bolo*, significa “lançar” ou “jogar”. Assim, diabo passa a ser entendido como “aquele que lança/separa ou joga separado”. Ou seja, diabo é aquele que procura afastar e dividir. Daí que *diabólico* é percebido como aquilo que interfere na nossa vida de modo negativo.

Se *diabólico* é aquilo que afasta, a sua contraposição é *simbólico*, aquilo que une.

O *sim* - *sym* no grego antigo é um prefixo que indica “junto”, tal como em sintonia e sincronia. No Dicionário Ilustrado do Conhecimento Essencial – Reader’s Digest (1996), *sim* (*sin*, *si*) é definido como um “prefixo de origem grega que significa simultaneidade ou companhia, presente em palavras como simpatia, sinfonia, sindicato, sílaba”. Portanto, se diabo significa “jogar separado”, símbolo significa “jogar em conjunto”.

ver mais em: <https://youtu.be/Vb1N3HGxI9g?is=ak4o0bRngVBYYlGX> (minuto 19:24)